



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

### REUNIÃO PLENÁRIA DE 28 DE FEVEREIRO DE 2003

Presidente: Ex.<sup>mo</sup> Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.<sup>mos</sup> Srs. Manuel Alves de Oliveira  
Ascenso Luís Seixas Simões  
Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos

## SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas.

**Antes da ordem do dia.** — Deu-se conta da apresentação dos projectos de lei n.ºs 240 a 243/IX, de requerimentos e da resposta a alguns outros.

Em declaração política, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos (PCP) insurgiu-se contra medidas que, em nome da segurança nacional, restringem direitos fundamentais do cidadão.

O Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD) teceu considerações sobre o estado de desenvolvimento do litoral alentejano e respondeu a pedidos de esclarecimento dos Srs. Deputados João Pinho de Almeida (CDS-PP), Eduardo Cabrita (PS) e Rodeia Machado (PCP), tendo, no fim, dado explicações à Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira (PS), que contestou afirmações feitas pelo Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos (PSD).

**Ordem do dia.** — A Câmara aprovou um parecer da Comissão de Ética relativo à substituição de um Deputado do PSD.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 58/IX — Altera a Lei n.º 170/99, de 18 de Setembro, que adopta medidas de combate à propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional (Os Verdes). Intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Isabel Castro (Os Verdes), António Filipe (PCP), Isilda Pegado (PSD), José Vera Jardim e Sónia Fertuzinhos (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Joana Amaral Dias (BE), Vitalino Canas (PS) e João Teixeira Lopes (BE).

Por último, a Câmara apreciou o projecto de lei n.º 117/LX — Medidas para o controlo do consumo de ecstasy (BE), tendo usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Joana Amaral Dias (BE), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Jorge Nuno Sá (PSD), Sónia Fertuzinhos (PS) e Bruno Dias (PCP).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 12 horas e 50 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

*Eram 10 horas.*

*Srs. Deputados presentes à sessão:*

**Partido Social Democrata (PSD):**

Abílio Jorge Leite Almeida Costa  
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco  
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões  
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto  
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso  
 Ana Paula Rodrigues Malojo  
 António Alfredo Delgado da Silva Preto  
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado  
 António Fernando de Pina Marques  
 António Henriques de Pinho Cardão  
 António Joaquim Almeida Henriques  
 António Manuel da Cruz Silva  
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres  
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira  
 Bernardino da Costa Pereira  
 Bruno Jorge Viegas Vitorino  
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves  
 Carlos Alberto Rodrigues  
 Carlos Jorge Martins Pereira  
 Carlos Manuel de Andrade Miranda  
 Carlos Parente Antunes  
 Daniel Miguel Rebelo  
 Diogo de Sousa Almeida da Luz  
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco  
 Eduardo Artur Neves Moreira  
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho  
 Fernando António Esteves Charrua  
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho  
 Fernando Santos Pereira  
 Francisco José Fernandes Martins  
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão  
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques  
 Gustavo de Sousa Duarte  
 Hugo José Teixeira Velosa  
 Isménia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco  
 João Bosco Soares Mota Amaral  
 João Carlos Barreiras Duarte  
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá  
 João José Gago Horta  
 João Manuel Moura Rodrigues  
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte  
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo  
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá  
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado  
 José Agostinho Veloso da Silva  
 José António Bessa Guerra  
 José António de Sousa e Silva  
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira  
 José Manuel Carvalho Cordeiro  
 José Manuel de Matos Correia  
 José Manuel dos Santos Alves  
 José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro  
 José Manuel Pereira da Costa

Judite Maria Jorge da Silva  
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues  
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves  
 Luís Filipe Soromenho Gomes  
 Luís Manuel Machado Rodrigues  
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes  
 Manuel Alves de Oliveira  
 Manuel Filipe Correia de Jesus  
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida  
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa  
 Maria Assunção Andrade Esteves  
 Maria Aurora Moura Vieira  
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo  
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho  
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas  
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues  
 Maria Eulália Silva Teixeira  
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado  
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado  
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares  
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira  
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes  
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro  
 Maria Paula Barral Carloto de Castro  
 Maria Teresa da Silva Moraes  
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia  
 Mário Patinha Antão  
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira  
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos  
 Pedro do O Barradas de Oliveira Ramos  
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte  
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro  
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva  
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso  
 Sérgio André da Costa Vieira  
 Vasco Manuel Henriques Cunha  
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

**Partido Socialista (PS):**

Alberto de Sousa Martins  
 Alberto Marques Antunes  
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes  
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno  
 Antero Gaspar de Paiva Vieira  
 António Alves Marques Júnior  
 António José Martins Seguro  
 António Luís Santos da Costa  
 António Ramos Preto  
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho  
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos  
 Ascenso Luís Seixas Simões  
 Augusto Ernesto Santos Silva  
 Edite Fátima Santos Marreiros Estrela  
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita  
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues  
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira  
 Fernando dos Santos Cabral  
 Fernando Pereira Serrasqueiro  
 Fernando Ribeiro Moniz  
 Jaime José Matos da Gama  
 João Barroso Soares

João Cardona Gomes Cravinho  
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura  
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira  
 Jorge Lacão Costa  
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro  
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro  
 José António Fonseca Vieira da Silva  
 José Augusto Clemente de Carvalho  
 José Carlos Correia Mota de Andrade  
 José Eduardo Vera Cruz Jardim  
 José Manuel Santos de Magalhães  
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros  
 Júlio Francisco Miranda Calha  
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos  
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal  
 Luís Alberto da Silva Miranda  
 Luís Manuel Capoulas Santos  
 Luísa Pinheiro Portugal  
 Manuel Maria Ferreira Carrilho  
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira  
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia  
 Maria Cristina Vicente Pires Granada  
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa  
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina  
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos  
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro  
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima  
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo  
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins  
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque  
 Nelson Madeira Baltazar  
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro  
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte  
 Paulo José Fernandes Pedrosa  
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio  
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves  
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz  
 Rosalina Maria Barbosa Martins  
 Rui António Ferreira da Cunha  
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira  
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos  
 Teresa Maria Neto Venda  
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva  
 Victor Manuel Bento Baptista  
 Vitalino José Ferreira Prova Canas  
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho  
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

#### Partido Popular (CDS-PP):

Antonino Aurélio Vieira de Sousa  
 António Herculano Gonçalves  
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio  
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos  
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo  
 João Rodrigo Pinho de Almeida  
 Manuel de Almeida Cambra  
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva  
 Narana Sinai Coissoró  
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

#### Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues  
 António João Rodeia Machado  
 Bernardino José Torrão Soares  
 Bruno Ramos Dias  
 José Honório Faria Gonçalves Novo  
 Lino António Marques de Carvalho  
 Maria Luísa Raimundo Mesquita  
 Maria Odete dos Santos

#### Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias  
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes  
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

#### Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia  
 Isabel Maria de Almeida e Castro

### ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. **Secretário** (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os projectos de lei n.ºs 240/IX — Elevação da povoação de São Mamede, no concelho da Batalha, à categoria de vila (PSD), que baixou à 4.ª Comissão, 241/IX — Alteração da designação da freguesia de Nossa Senhora da Tourega (município de Évora) para Nossa Senhora da Tourega (Deputado do PS Capoulas Santos), que baixou à 4.ª Comissão, 242/IX — Alteração da designação da freguesia de Vila Chã para Vila Cã, no concelho de Pombal, distrito de Leiria (Deputada do PSD Maria Ofélia Moleiro), que baixou, igualmente, à 4.ª Comissão, 243/IX — Alteração à Lei Orgânica da Assembleia da República (apresentado pelos Deputados João Moura de Sá, do PSD, Fernando Serrasqueiro, do PS, João Rebelo, do CDS-PP, Rodeia Machado, do PCP, João Teixeira Lopes, do BE, e Heloísa Apolónia, de Os Verdes), que baixou à 1.ª Comissão.

Foram também apresentados na Mesa os requerimentos seguintes:

Nas sessões plenárias de 14, 19, 20 e 21 e nos dias 17, 24 e 25 de Fevereiro — Ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelos Srs. Deputados Jorge Tadeu Morgado, Fernando Moniz e Alberto Antunes; ao Ministério da Educação e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pelos Srs. Deputados Maria Manuela Aguiar, Bruno Dias e Jamila Madeira; ao Ministério da Justiça, formulados pelos Srs. Deputados Fernando Cabral e João Teixeira Lopes; ao Sr. Primeiro-Ministro e a diversos Ministérios, formulados pelos Srs. Deputados António Galamba e Carlos Luís; ao Governo, formulados pelos Srs. Deputados Fernando Pedro Moutinho e Laurentino Dias; ao Ministério da Defesa Nacional, formulado pelo Sr. Deputado Marques Júnior; aos Ministérios da Segurança Social e do

Trabalho, das Finanças, da Justiça e da Economia, formulados pelos Srs. Deputados Maria do Carmo Romão, Odete Santos, Artur Penedos e Jerónimo de Sousa; ao Ministério da Presidência e Ministério da Administração Interna, formulados pelos Srs. Deputados Lino de Carvalho e Ana Manso; aos Ministérios da Saúde e da Cultura, Ministro dos Assuntos Parlamentares e Instituto Nacional de Estatística, formulados pelos Srs. Deputados Maria de Belém Roseira e Luísa Mesquita; ao Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e a diversas câmaras municipais, formulados pelo Sr. Deputado Ascenso Simões.

Por sua vez, o Governo respondeu aos requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados:

Nos dias 14, 17 e 18 de Fevereiro — Fernando Pedro Moutinho, Miranda Calha, Honório Novo e José Saraiva, Lino de Carvalho, Francisco Louçã, Bruno Dias e Heloísa Apolónia, Isabel Gonçalves, Fernando Cabral, Celeste Correia, Jânila Madeira e José Junqueiro.

No dia 20 de Fevereiro — Francisco Louçã, João Teixeira Lopes, Afonso Candal e António Filipe, Miguel Coelho, Luísa Mesquita e José Vera Jardim.

Foram, ainda, respondidos os requerimentos apresentados pelo seguinte Sr. Deputado:

Nos dias 14, 18, 19 e 20 de Fevereiro — Ascenso Simões.

Sr. Presidente, em matéria de expediente é tudo.

O Sr. Presidente: — Para uma declaração política, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Odete Santos.

A Sr.<sup>a</sup> Odete Santos (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Andam os senhores do mundo e seus acólitos muito ocupados em tentar convencer a opinião pública mundial de que só uma guerra nos salvará.

Ontem, foi o Afeganistão. (Mas, afinal, onde pára o Bin Laden?).

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Se souber, diga!

A Oradora: — Hoje, é um novo objectivo e um avanço mais no domínio do mundo.

Entretanto, e simultaneamente, procura concitar-se o apoio da opinião pública para o reforço da repressão a coberto da legítima inquietação dos cidadãos perante fenómenos criminosos que sempre existiram e que saíram violentamente para a praça pública. Justificam-se medidas de repressão que ultrapassam os próprios objectivos enunciados e se vão abater sobre todos os cidadãos, suspeitos até prova em contrário.

Dentro desta linha surge, por exemplo, a Directiva 2002/58/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, directiva, essa, que se intitula como relativa à privacidade e às comunicações electrónicas e que torna possível a mais ampla devassa da privacidade do cidadão, restringindo, relativamente a todos os cidadãos, o direito à confidencialidade das comunicações, o direito ao apagamento dos dados do tráfego electrónico, ou ao anonimato dos mesmos, o direito ao anonimato de dados de localização, o direito à restrição da identificação da linha chamadora e da linha conectada.

Estes direitos estão, efectivamente, consagrados na Directiva, mas, logo a seguir, no artigo 15.º, negam-se todos esses direitos a todos, mas todos, os cidadãos. É claro que, como convém (diz a Directiva), em nome da segurança nacional, da defesa, da segurança pública, da prevenção, da investigação, da detecção e da repressão das infracções penais.

É verdade que a repressão passa mais facilmente quando se consegue convencer o reprimido de que tal se faz em nome da sua liberdade e segurança. E quando o cidadão se dá conta, aumentou a insegurança geral e a dele próprio, alvo de uma constante vigilância.

Enquanto os que defendem estas medidas falam — e, aí, falam bem! — da presunção de inocência do arguido, aplaudem, em relação a um cidadão livre e inocente, a presunção da culpabilidade.

Medidas como as que vimos referindo, para além de serem uma violação inadmissível de direitos fundamentais, não combatem a insegurança. Bem pelo contrário, instalam-na.

É nesse sentido o parecer muito crítico do Grupo de Protecção de Dados Pessoais, criado pela Directiva 95/46/CE.

No relatório, assinado pelo seu Presidente, Stefano Rodotà, pode ler-se, a respeito das medidas tomadas relativamente ao terrorismo: «Em numerosos casos, estas medidas cobrem domínios ultrapassando o quadro da luta contra o terrorismo. Verifica-se uma proliferação da utilização de sistemas de identificação e de colheita de dados de carácter pessoal, por exemplo, através do emprego da biometria.»

E sobre a criminalização de certos comportamentos ligados à sociedade de informação, como a cibercriminalidade, anota o relatório: «As definições destes delitos são frequentemente gerais e suscitam problemas quanto aos princípios fundamentais da segurança jurídica e da legalidade das infracções e das sanções.»

«Por outro lado...» — continua o relatório — «... as medidas processuais existentes, legitimando a intromissão dos poderes públicos na vida privada dos indivíduos, são reforçadas e novas iniciativas contestáveis são examinadas, e mesmo adoptadas.»

Esta parte do relatório assenta que nem uma luva à directiva que temos vindo a citar, sendo curioso referir que a União Europeia que permite uma verdadeira espionagem, sem justificação, sobre os cidadãos é a mesma que protesta relativamente ao sistema de espionagem do Échelon. É claro que aqui, no Échelon, estão em causa interesses económicos. A espionagem é ilegítima. Além disso, estão em causa direitos fundamentais dos cidadãos. O critério é diferente!

O relatório do Grupo de Protecção de Dados Pessoais termina, aliás, de uma maneira notável: «As medidas contra o terrorismo não deveriam e não têm necessidade de reduzir os níveis de protecção dos direitos fundamentais que caracterizam as nossas sociedades democráticas. Um elemento chave da luta contra o terrorismo deve consistir na garantia da preservação dos valores fundamentais que são a base das nossas sociedades democráticas e que são os valores que aqueles que usam e defendem o uso da violência tentam destruir.»

Escaladas repressivas que aniquilem direitos fundamentais não combatem a criminalidade. Bem como não a com-

batem o uso exclusivo do direito penal como uma forma de prevenção geral meramente intimidatória. As penas devem servir para uma prevenção geral que crie a confiança na norma. Que crie a confiança, porque dirigidas à reinserção social dos condenados.

O uso do direito penal deve ter em atenção o que já Beccaria afirmava em 1764, no livro *Dos Delitos e Das Penas*: «(...) quanto mais terríveis forem os castigos, tanto mais cheio de audácia será o culpado em evitá-los. Praticará novos crimes, para fugir à pena que mereceu pelo primeiro. Os países e os séculos em que se puseram em prática os tormentos mais atrozes são igualmente aqueles em que se praticaram os crimes mais tremendos.» A realidade dos nossos dias não faz senão confirmar esta asserção de Beccaria.

Vem isto a propósito, também, das respostas que esta Assembleia terá de dar aos crimes violentos de que são vítimas menores, realidade até agora escondida, mas que sempre existiu. E a resposta não pode limitar-se ao direito penal. E até nem passa, verdadeiramente, neste momento, pelo direito penal, porque não é à minguia de medidas penais que os que cometem crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual de menores ficam impunes.

Na altura própria, em 1994, aquando da revisão do Código Penal, apresentámos propostas para agravamento de medidas penais no contexto deste Código. Mas mesmo assim, apesar de rejeitadas em grande parte as nossas propostas, as medidas das penas apresentam-se, hoje, de uma maneira geral, mais equilibradas do que as constantes da Decisão-Quadro do Conselho Europeu relativamente aos crimes sexuais contra menores.

No nosso Código, não se cede ao *lobby* da indústria pornográfica. O mesmo não se pode dizer relativamente à Decisão-Quadro, que isenta de pena o uso de menores quando tenham adquirido a maioridade sexual — que não é, exactamente, a maioridade civil.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de terminar.

A **Oradora**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Assistimos, mesmo hoje, a propostas de duplas incriminações, como a que resulta, por exemplo, do anunciado projecto de lei do CDS-PP sobre mutilações genitais femininas, que já estão criminalizadas no artigo 144.º do Código Penal.

Os tempos, como referíamos na primeira parte da intervenção, são também de restrições de direitos fundamentais do cidadão comum contra o qual não existem quaisquer indícios de comportamento delituoso. Relativamente a este — cidadão comum — desenvolvem-se, a coberto do segredo, violações da sua vida privada.

Em contrapartida, exige-se o levantamento do segredo necessário à investigação, especialmente necessário no combate à criminalidade organizada. E isto acontece, periodicamente, sempre que estão em causa figuras mediáticas ou da área do poder.

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, há pouco ia já acabar. Pelos vistos, não acabou!

A **Oradora**: — Sr. Presidente, vou mesmo terminar!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenha, então, a bondade de concluir.

A **Oradora**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não se brinca ao direito penal!

No papel de combate à criminalidade, o direito penal deve, tem de ser acompanhado por medidas de prevenção e de reinserção social. Dele não pode servir-se a medicina. Não pode ser o direito penal a continuação do «direito de talião».

*Aplausos do PCP e da Deputada de Os Verdes Heloisa Apolónia.*

O Sr. **Presidente**: — Tem, agora, a palavra, para uma intervenção sobre assunto de interesse político relevante, o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos.

O Sr. **Pedro do Ó Ramos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É com grande alegria que, hoje, nesta tribuna, falo sobre o Alentejo litoral, região de que tanto gosto e acredito. É sobre este «acreditar» que pretendo orientar estas minhas palavras.

Não se pretende fazer aqui um exercício de lamúrias pelo passado desta região, pelos sucessivos esquecimentos públicos e políticos, pela ausência de uma estratégia, pelo envelhecimento das populações. Na realidade, sendo estes factos indesmentíveis, o que importa é perspectivar o futuro e as suas potencialidades.

Falar do Alentejo litoral é falar, necessariamente, de um dos espaços mais bonitos do nosso país, com uma costa marítima invejável, onde existe uma perfeita combinação entre a planície e o mar.

Falar do Alentejo litoral é falar de cinco concelhos — Odemira, Santiago do Cacém, Sines, Grândola e Alcácer do Sal, que, fazendo parte de dois distritos, têm uma matriz identificada por um denominador comum traduzido nas suas potencialidades económicas e turísticas.

Todavia, não podemos esquecer que esta é uma região fundamentalmente agrícola. E todos nós temos conhecimento de que a nossa agricultura vive tempos difíceis, vive numa verdadeira encruzilhada, onde a missão de recuperação de atrasos e a obrigatoriedade de competir, com condições e ajudas inferiores às das agriculturas dos restantes Estados-membros, tem sido uma constante.

Sendo esta a realidade da nossa agricultura, e atendendo a que o Alentejo litoral é uma região agrícola, é imperioso «dar a volta».

Essa viragem, a meu ver, só se pode dar se actuarmos em duas vertentes.

Primeira, lutar no âmbito da revisão intercalar da PAC para que Portugal obtenha mais quotas de produção em produtos agrícolas onde existam mais vantagens competitivas e não permitir que sejam desligadas as ajudas da produção (se tal acontecer, será um verdadeiro desastre para o sector).

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

**O Orador:** — Segunda, aproveitar a barragem de Alqueva, com todas as oportunidades que daí advêm, nomeadamente no âmbito do regadio, com a possibilidade de diversificação das culturas agrícolas que se produzem em Portugal.

A este nível, pode vir a operar-se uma verdadeira transformação dos nossos solos no mosaico alentejano, onde as culturas de sequeiro não sejam o padrão uniforme desta região. Esta oportunidade é um verdadeiro desafio para o sector e responsabiliza tanto o Governo como os agricultores.

O primeiro tem de proporcionar as condições para que os agricultores possam dar corpo a uma verdadeira revolução de mentalidades, porquanto nunca é fácil mudar hábitos de produção. Porém, se o Executivo souber incutir confiança, simplificar procedimentos e negociar aumentos das quotas de produção, o caminho será mais fácil.

Os agricultores, por seu lado, têm de ser ousados e ambiciosos nos objectivos e organizados e empreendedores na produção.

A este propósito, gostaria de realçar o sucesso de várias explorações em Odemira, inclusivamente, de culturas que fogem ao tradicional e que deverão ser casos a estudar e a procurar seguir.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não raras vezes se fala do Alentejo, desde o interior até ao seu litoral, como um dos espaços melhor preservados da Europa. São paisagens deslumbrantes, onde impera a tranquilidade, a serenidade, mas, ao mesmo tempo, uma maturidade que faz despertar todos os nossos sentidos.

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Aqui, a noção do espaço e do tempo é verdadeira e natural; aqui, o sol e a lua é que mandam.

Com estas características, aliadas a uma cozinha notável, onde meia dúzia de ervas e de temperos fazem maravilhas, de produtos artesanais de extrema qualidade, não podemos ter medo de assumir a nossa vocação turística que é potenciada pela costa alentejana.

Neste contexto, é absolutamente necessário agilizar, incentivar e desbloquear investimentos turísticos de qualidade, que, preservando o ambiente, possam dar uma resposta eficaz aos nossos visitantes. Neste momento, existem investimentos previstos, sobretudo nos concelhos de Alcácer do Sal e Grândola, que devem ser realizados.

Para uma melhor concretização destes objectivos, a revisão do PROTALI (Plano Regional de Ordenamento do Território do Litoral Alentejano) é essencial.

Já referi os novos desafios da agricultura e as potencialidades do turismo. Não posso, agora, deixar de falar na resposta ao nível da saúde que é proporcionada pelo novo hospital distrital de Santiago do Cacém...

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... cuja abertura se prevê para o final deste ano e que, sendo um dos hospitais de referência, com equipamento de ponta, com mais de 150 camas, três blocos operatórios e inúmeras valências, tem condições para dar uma resposta eficaz aos 100 000 habitantes dos cinco

concelhos desta região. O problema da carência dos técnicos de saúde não pode pôr em causa este excelente equipamento. O mesmo se diga relativamente à maternidade, que deverá ser uma certeza.

Porém, este *puzzle* só se pode completar se, a tudo isto, juntarmos os necessários investimentos em acessibilidades.

A nível rodoviário: na ligação à fronteira com Espanha, através do IP8, cuja conclusão se prevê para o final do ano de 2007; em boas ligações à A2, através da beneficiação do IC33 (obra que, finalmente, já começou!), e na duplicação das suas faixas.

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — No âmbito da ferrovia, é essencial apostar na electrificação das suas vias; na ligação a Badajoz, via Évora; na ligação a Sevilha via Ficalho; e numa linha directa para Madrid.

No âmbito dos investimentos, tenho de referir um vector fundamental e que se trata do porto de Sines. O porto de Sines tem sido, desde a sua construção, a âncora dos investimentos do Alentejo litoral. De facto, o impacto da comunidade portuária tem-se feito notar na atracção de grandes e médias empresas — Petrogal, EDP, Borealis, Metalsines, Carbogal, Portsines, Transgás, Euroresinas são exemplos bem visíveis dessa atracção e assumem um valor económico e social de grande relevância no Alentejo, pois estamos a falar de mais de 5000 postos de trabalho.

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Estes números têm tendência para aumentar, tendo em conta os investimentos que se encontram em curso no porto de Sines.

Assim, a exploração do novo Terminal de Gás Natural Liquefeito, um maior desenvolvimento do Terminal Multipurpose e a exploração do Terminal de Contentores e a zona de actividades logísticas constituem janelas de oportunidade que não podem ser desperdiçadas.

A independência no abastecimento de gás natural, face ao actual único fornecedor; a expansão da distribuição de gás natural ao sul do País; a obtenção de refrigeração a baixo custo através de regaseificação deste produto; a possibilidade de se permitir uma maior utilização dos recursos da região; um terminal de contentores que pode proporcionar ao porto de Sines entrar nas grandes rotas do *transshipment*; e, por fim, a implementação de uma zona de actividades logísticas, que possibilitará a atracção de várias indústrias, são factores fundamentais de desenvolvimento que devem ser incentivados.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Para acompanhar estes investimentos físicos e estruturais, é fundamental apostar na formação das pessoas, com o intuito de reduzir a qualificação dos habitantes desta região.

Deste modo, as estruturas regionais e locais ligadas ao emprego e formação profissional começam a dar cumprimento a políticas de emprego, de onde se salienta: a promoção do ajustamento entre a oferta e a procura do emprego; a promoção da formação profissional, inclusivamente para activos; os incentivos à criação de emprego, quer por



conta de outrem quer por conta própria; no estudo das potencialidades regionais e locais com vista à constituição de bolsas de ideias; na aplicação de medidas excepcionais de combate ao desemprego, em períodos de crise; e no apoio à criação e instalação de novas empresas.

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Os desafios e as oportunidades são enormes.

Se estes investimentos e apostas forem acompanhados pela iniciativa e ousadia dos nossos empresários, pela visão e sentido prático dos nossos autarcas e governantes, estou sinceramente convencido de que vamos ganhar o futuro, sem que tal possa representar a descaracterização da nossa região. É que, apesar de todas as adversidades por que tem passado o Alentejo litoral, este tem sabido manter a sua identidade e alma — e essa é a força de um povo!

**O Sr. Marco António Costa (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — Por tudo isto, eu acredito no novo Alentejo litoral e nas suas gentes.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos, três Srs. Deputados. Chamo a atenção para o facto de disporem de muito pouco tempo.

Tem a palavra, em primeiro lugar, o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos, em primeiro lugar, deixe-me dizer-lhe que é, obviamente, com natural satisfação que vejo um Deputado jovem, tal como eu, a defender o interesse das suas gentes, da sua região. É sinal de que também na juventude há preocupações com o Portugal que não é o Portugal que, muitas vezes, aparece nas fotografias, que não é o Portugal que, muitas vezes, aparece nos telejornais, mas é o Portugal que, para os jovens, deve ser importante e fundamental, porque também é por aí que temos de apostar no nosso desenvolvimento.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — E o Sr. Deputado falou com a paixão de quem vem exactamente dessa região! Eu não sou dessa região, como sabe, mas quero, no entanto, colocar-lhe algumas questões, como alguém que conhece essa região tão bonita, como referiu, e posso confirmá-lo, numa óptica que mencionou na sua intervenção, que é a óptica do visitante, do turista. E não falo dela de uma forma tão apaixonada como o Sr. Deputado, porque não venho de lá, mas posso confirmar tudo o que disse em relação à beleza natural e a muitas das qualidades do litoral alentejano e desta parte do distrito de Setúbal.

As questões que quero colocar-lhe têm exactamente a ver com as potencialidades que esta região tem, principal-

mente em termos de desenvolvimento do ponto de vista turístico. Como sabe, é muito difícil desenvolver uma região do ponto de vista turístico, ainda que ela tenha todos os outros recursos, se não houver acessibilidades que permitam que as pessoas, com facilidade, se desloquem e, assim, usufruam não só da beleza natural mas de todas as outras qualidades da região.

Por isso, Sr. Deputado, pergunto-lhe, em termos de acessibilidades, como é que está esta região, que compromissos foram assumidos e que compromissos foram ou não cumpridos.

Em relação a uma estrada que conheço, que é a estrada que liga Grândola a Santiago do Cacém, quero perguntar-lhe qual é a situação actual da obra, se está ou não concluída e, se não está, quando é que vai estar ou quando é que deveria ter estado.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Cabrita.

**O Sr. Eduardo Cabrita (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos, em primeiro lugar, quero saudá-lo e cumprimentá-lo pela forma como, serenamente, veio aqui reconhecer aquilo que foi uma realidade de profunda transformação nos últimos anos.

O Alentejo litoral, nos últimos anos, enquanto o Partido Socialista esteve no Governo, foi afirmado, pela primeira vez, como uma zona estratégica, naquela que é a plataforma fundamental de afirmação de Portugal como uma fachada atlântica de um espaço de desenvolvimento que, a partir de Sines, penetra pelo Alentejo dentro, pelo *interland* espanhol, que é, aqui, o mercado natural de influência desta área, e que, equilibradamente, deve aliar a beleza natural e a preservação do ambiente à afirmação do desenvolvimento.

Daí a existência de projectos estratégicos que teve oportunidade de referir, como o desenvolvimento do porto de Sines, designadamente com o projecto do Terminal XXI, enquanto plataforma de afirmação dessa área, ligado ao projecto do Alqueva, que, finalmente, foi construído e está, de facto, em condições de ser utilizado, a bem do desenvolvimento do Alentejo. O mesmo se passa na zona de Beja, onde o Sr. Primeiro-Ministro, há poucos meses atrás, prometeu que, dentro em pouco, estaria a funcionar o aeroporto, fundamentalmente com a valência de cargas mas não exclusivamente, porque também é para as pessoas.

É correcto o Sr. Deputado reconhecer que estamos à beira da inauguração do hospital de Santiago do Cacém, durante décadas ansiado pelos cidadãos da terra onde nasceu. De facto, Santiago do Cacém vai ter o seu novo hospital.

É por isso, porque estou consigo, porque sei que compartilhamos da visão de que o litoral alentejano é uma zona fundamental deste sul e porque, acreditando no sol e na lua, não queremos que sejam só eles a mandar, pois acreditamos que os homens tiveram e têm muito a ver com este desenvolvimento, que lhe suscito, brevemente, alguns motivos de preocupação.

Compartilhará comigo das preocupações de que a actual conjuntura económica depressiva arrisca pôr em causa a reestruturação e o projecto de desenvolvimento para Tróia?

Em matéria de turismo, como é que vê a privatização da Enatur, pondo em causa, por exemplo, a pousada de Alcácer do Sal e determinando a venda da pousada de Santiago do Cacém, na sua terra.

Gostava, ainda, de saber a sua opinião sobre as dúvidas que, neste momento, estão lançadas sobre o projecto do Terminal XXI,...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se.

**O Orador:** — ... projecto, esse, fundamental não só no quadro nacional mas também na afirmação estratégica de Portugal nas relações entre o mercado europeu e os grandes mercados internacionais de contentores.

De facto,...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, esgotou-se o tempo de que dispunha. Tenha a bondade de concluir.

**O Orador:** — De facto, o sol e a lua são belos mas o desenvolvimento depende da afirmação dos homens.

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rodeia Machado, dispondo de 1 minuto cedido pelo Bloco de Esquerda.

**O Sr. Rodeia Machado (PCP):** — Sr. Presidente, antes de mais, agradeço ao Bloco de Esquerda o tempo cedido.

O Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos trouxe aqui uma série de questões que se envolvem com o litoral alentejano, mas não só, pois envolvem-se também com o Alentejo como um todo. E V. Ex.<sup>a</sup> suscitou uma série de situações que me parecem extremamente importantes, pelo que oxalá a vontade do seu Governo seja igual à sua vontade de levar o Alentejo para a frente.

Efectivamente, aquilo que temos visto nesta matéria é que os atrasos, no Alentejo, são sistemáticos, envolvendo toda a região. Isto vê-se em Sines, em Alqueva, no aeroporto de Beja, etc. E sobre o aeroporto de Beja sabe que as situações que pairam neste momento são extremamente preocupantes, pelo que gostava que V. Ex.<sup>a</sup> se associasse também a este aspecto para que Beja se desenvolvesse e tivesse, de facto, o aeroporto.

Mas quero colocar-lhe apenas, muito rapidamente, uma questão relativa ao porto de Sines e à previsível saída de Singapura, como parceiro estratégico no centro de *transshipment*.

Portanto, gostaria de saber se vê ou não com preocupação a situação do avanço das acessibilidades de Beja e também esta história da saída de Singapura do porto de Sines.

**Vozes do PCP e de Os Verdes:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — Para responder, dispondo de 5 minutos para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos.

**O Sr. Pedro do Ó Ramos (PSD):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, de facto, fico satisfeito por partilhar comigo a opinião sobre as potencialidades e a beleza da região do Alentejo litoral, que penso ser inequívoca, e todos os Deputados desta Câmara poderão constatar tal facto. É realmente um espaço muito bonito do nosso Portugal, um espaço muito bonito da nossa Europa.

Realmente, as capacidades turísticas são evidentes; todavia, têm de ser potenciadas pelas acessibilidades.

Em relação à estrada que referiu, concretamente o IC33, que é a estrada que liga Sines, aliás, não é bem Sines mas, antes, o nó de Relvas Verdes a Grândola, de facto, a sua beneficiação deveria estar concluída há já muito tempo. Recordo aqui que, durante o anterior governo, o governo socialista, aquando de uma famosa manifestação das populações, precisamente porque sentiam a urgência da reparação dessa estrada — e temos de reconhecer que essa estrada é fundamental no nosso país, porque os veículos pesados de transporte de combustíveis que lá passam são às centenas por dia —, foi garantido, na altura, pelo então Governador Civil, agora Deputado Alberto Antunes, que a estrada iria avançar praticamente no dia seguinte. Estávamos em 2001!... A verdade é que a obra foi consignada em 6 de Janeiro de 2003, depois do concurso público e de uma adjudicação que foi feita em Julho. Depois de algumas reclamações, este Governo andou depressa para que, de facto, a obra fosse consignada...

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**O Orador:** — ... e tentou recuperar o atraso que outros governos não conseguiram resolver.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Portanto, não vale a pena falar em investimentos e em potencialidades, porque a verdade é que não se traduziram em concreto numa estrada que é efectiva e fundamental para aquela região.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Este Governo está a repor a situação e está em condições de avançar com a obra. Aliás, ela está, neste momento, em curso, pois já lá está o estaleiro e foi feita a marcação da estrada, pelo que depressa se vai avançar para a reparação. Isto, para nós, é inequívoco e é esta a situação dessa estrada em concreto.

Também posso dar-lhe informação relativamente ao IP 8, a famosa via que vai ligar Sines a Espanha, pois, neste momento, já foi completado o estudo prévio e vamos avançar para a avaliação de impacte ambiental. A previsão é a de que em 2007 tenhamos essa via completamente construída, de Sines a Espanha.

Portanto, há preocupação deste Governo em dotar essa região de acessibilidades fundamentais. Para além da rodovia, a ferrovia também deverá avançar até 2007 e isso, para nós, é absolutamente essencial.



O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Relativamente ao que disse o Sr. Deputado Eduardo Cabrita, também folgo em saber da sua preocupação quanto ao Alentejo e sei, já de há algum tempo, que pensa assim e que conhece muito bem aquela região.

Agora, permita-me dois ou três apontamentos, antes de responder às perguntas que me fez, nomeadamente em relação ao hospital distrital de Santiago do Cacém. Este hospital vai avançar, vai ser inaugurado no final deste ano, aliás, com uma derrapagem financeira muito pouco significativa, pois fala-se em 2 % ou 3 %. Mas, Sr. Deputado, embora não vamos aqui «puxar dos galões», tenho de lhe recordar que a decisão de avançar com o novo hospital distrital de Santiago do Cacém foi do Ministro Paulo Mendo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em 1995, antes das eleições legislativas, o Ministro Paulo Mendo avançou com essa decisão. E, depois, tenho de lhe recordar que, ano após ano, tínhamos verbas inscritas em PIDDAC sem que, durante quatro anos, houvesse qualquer investimento no hospital distrital de Santiago do Cacém.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Essa é que é essa!

O Orador: — De 1996 a 1999, nada foi feito!

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Portanto, não venha aqui «puxar dos galões» relativamente ao novo hospital distrital de Santiago do Cacém, porque isso não é verdade.

É verdade que, neste momento, temos o hospital, que é um hospital de referência, muito bem equipado e que vai dar uma resposta notável em termos de saúde, sendo uma obra impressionante do ponto de vista da sua utilidade. Mas trata-se de uma obra que começou com um governo do PSD, teve atraso no governo do PS e, neste momento, temos, então, condições para inaugurar o hospital no final deste ano.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Em relação às acessibilidades, penso que fui claro.

No que diz respeito à Enatur, Sr. Deputado, como deve compreender, não se trata da privatização da Enatur. Vender 30 %, do ponto de vista económico (e o Sr. Deputado, com certeza, tem essa informação), não é passar a Enatur para privados. O que temos, neste momento, é a intenção de alienar 30 % a um parceiro estratégico. Portanto, não vamos falar de privatização.

Já agora, aproveito para lhe dizer que a venda da pousada de Santiago do Cacém foi assegurada, a pousada foi vendida a um particular mas existe já o compromisso de avançar, inclusivamente, com um equipamento hoteleiro, ou

seja, uma estalagem. Portanto, vamos ter mais equipamentos hoteleiros naquela região.

No turismo e no que diz respeito a Tróia, à Imoareia, os contornos do negócio foram um pouco estranhos. Estou preocupado mas espero que, de facto, seja um investimento e não existam grandes inflexões relativamente a esse investimento, porque, na altura, foi um investimento muito pouco claro e isso foi denunciado pela minha bancada. Portanto, vamos esperar — estamos atentos — que os investimentos sejam concretizados.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao Terminal XXI...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esgotou-se o tempo de que dispunha, pelo que lhe peço o favor de terminar.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Quanto ao Terminal XXI, como sabem, é um investimento impressionante e fundamental para o País. Trata-se de uma obra essencial para o País e não apenas para a região.

Temos, neste momento, o Terminal de Gás Natural Liquefeito, que, como sabem, é da Transgás, temos o Terminal Multipurpose, que é do porto de Sines, e ambos são investimentos que estão assegurados e em curso.

Neste momento, posso dizer-vos que, por parte do Estado, já foram gastos mais de 50 milhões de euros, quer na conclusão do molhe — essencial para o Terminal XXI —, que foi concluído em Janeiro, quer nas suas acessibilidades, que estarão concluídas em Maio.

E como sabem, foi emitido um comunicado conjunto da PSA Corporation, de Singapura, e pela APS — Administração do Porto de Sines, S. A., no qual era manifestado o interesse em continuar com este investimento.

Agora, Sr. Deputado Rodeia Machado, se me questionar sobre se a PSA está ou não interessada, penso que terá de colocar essa questão ao Partido Socialista, com o devido respeito, porque quem negociou o contrato de concessão e os seus termos foi o seu governo, inclusive o prazo de construção das infra-estruturas, que deviam estar concluídas nos anos de 2000 e de 2001, e nada está concluído.

O actual Governo, assumindo os compromissos que herdou — tem-nos assumido sempre —, tenta agora ganhar tempo para que esta obra seja uma realidade em Sines. Não se pode parar um investimento desses e, claro está, todos estamos preocupados. Agora, este Governo tem assumido as suas responsabilidades, a PSA Corporation tem de assumir as que lhe cabem, mas foi o governo anterior quem, quando elaborou o contrato de concessão, não acautelou os seus interesses.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado o seu tempo já foi ultrapassado.

O Orador: — Sr. Presidente, estou mesmo a terminar.

Para terminar, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que esta obra é fundamental. Vamos apostar em Sines, vamos apos-

tar no Alentejo Litoral e, quer em relação ao porto quer às outras infra-estruturas, não se pode voltar atrás. O Governo deste país vai estar sensível a esta questão e vai, de certeza, olhar pelos interesses desta região.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira, pede a palavra para que efeito?

A Sr.<sup>a</sup> Maria de Belém Roseira (PS): — Para interpellar a Mesa, Sr. Presidente, e tentar esclarecer o Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, não cabe uma interpelação à Mesa para esclarecer um Sr. Deputado. A interpelação à Mesa visa apenas fazer uma pergunta à Mesa.

A Sr.<sup>a</sup> Maria de Belém Roseira (PS): — Então, Sr. Presidente, inscrevo-me para uma curta intervenção.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Peço-lhe que seja breve.

A Sr.<sup>a</sup> Maria de Belém Roseira (PS): — Serei muito breve, Sr. Presidente, pois queria só para referir que o Sr. Deputado que acabou de intervir, talvez pela sua juventude, desconhece a complexidade...

*Protestos do PSD.*

... do planeamento e da concepção de um hospital, e talvez por isso tenha usado na sua intervenção expressões que não fazem nenhum sentido, até porque não houve atrasos em relação a decisões anteriores.

É fácil decidir construir, mas é importante que um investimento desta natureza, para que sirva bem as populações, seja ponderado e decidido no tempo indispensável para que cumpra a sua função. E tanto não houve atrasos dos governos socialistas que, agora, terão a oportunidade de inaugurar um hospital, que, como o Sr. Deputado referiu, é um equipamento de boa qualidade e optimamente apetrechado, e aquilo que desejo é que possa estar dotado com os recursos humanos adequados para cumprir a sua missão.

Quero ainda referir ao Sr. Deputado que tudo aquilo que os governos do Partido Socialista fizeram durante o seu mandato foi feito em nome do País ou representando legitimamente o País, como é evidente,...

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Isso não está em questão!...

A Oradora: — ... e não é adequado que o Sr. Deputado diga que foi o Partido Socialista quem fez isto, aquilo ou aqueloutro. Quem o fez foram os governos do Partido Socialista, devidamente legitimados. E neste caso concreto da questão de Sinés é bom que tenhamos um discurso preciso, para que não se pense que há grupos que governam o País e não pessoas, devidamente legitimadas pelo voto, que o representam em democracia.

Eram estas as pequenas mas importantes correcções que pretendia fazer.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Interpreto a intervenção da Sr.<sup>a</sup> Deputada Maria de Belém Roseira como para defesa da sua honra pessoal, já que ela era Ministra da Saúde exactamente na altura mencionada pelo Sr. Deputado Pedro do Ó Ramos, a quem dou a palavra, para explicações. Dispõe do mesmo tempo usado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada, ou seja, de 1 minuto e 35 segundos.

O Sr. Pedro do Ó Ramos (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, antes de mais, quero dizer que, para mim, a idade não é um problema.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assumo a minha juventude com todo o gosto, sem problema nenhum.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, em relação ao Hospital Distrital de Santiago de Cacém, o que me satisfaz é o facto de ele começar a funcionar já no final deste ano. Isso, para mim, é fundamental.

A Sr.<sup>a</sup> Maria de Belém Roseira (PS): — É um equipamento importante!

O Orador: — Com certeza que sim, é um equipamento decisivo para aquela região.

No entanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, tenho de lhe dizer — e a Sr. Deputada conhece muito bem o *dossier* — que a decisão de avançar com a construção do hospital foi, efectivamente, do então Ministro da Saúde Paulo Mendo.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, não nego que o governo socialista «pegou» no hospital, e tanto assim foi que ele está em condições de ser concluído. Mas a verdade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, é que estivemos à espera de 1995 a 2003, porque o hospital demorou oito anos a ser construído. E sabe porquê? Porque naquele instrumento em que muita gente fala e que pouca gente quer concretizar, o PIDDAC, durante os anos de 1996, 1997 e 1998 estiveram inscritos milhões de contos para a construção do Hospital de Santiago de Cacém que nunca foram usados!

O Sr. Bruno Vitorino (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe isto, com certeza! Não disse que o governo socialista, o então governo legítimo dos portugueses, como todos o são, eleitos democraticamente — e quando falo de governo socialista não entenda Partido Socialista —, não fez esse investimento, mas atrasou-o! Durante três anos tivemos verbas em PIDDAC, para mostrar às populações, e a verdade é que a obra não avançou. Isso foi um facto! Mas quem ficará mais satisfeito com a conclusão do hospital será, com certeza, a população de Santiago de Cacém!

Porém, tenho de repor a verdade dos factos, e essa verdade é que o hospital vai ser inaugurado mas, durante

três anos, teve verbas astronómicas inscritas em PIDDAC que não foram utilizadas.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A Sr.<sup>a</sup> **Maria de Belém Roseira** (PS): — Olhe que não, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de passarmos à ordem do dia, o Sr. Secretário vai dar conta de um relatório e parecer da Comissão de Ética sobre substituição de Deputados.

O Sr. **Secretário** (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, o relatório e parecer refere-se à substituição do Deputado Gustavo Duarte (PSD) por Fernando Jorge Pinto Gomes, com início a 1 de Março de 2003, inclusive.

O parecer da Comissão de Ética é no sentido de que a substituição em causa é de admitir.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

*Pausa.*

Não havendo inscrições, vamos votar.

*Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do CDS-PP, do PCP, do BE e de Os Verdes e votos contra do PS.*

Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

*Eram 10 horas e 40 minutos.*

## ORDEM DO DIA

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão, na generalidade, do projecto de lei n.º 58/IX — Altera a Lei n.º 170/99, de 18 de Setembro (Adopta medidas de combate à propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional) (Os Verdes).

Para proceder à sua apresentação, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A situação nas prisões portuguesas é alarmante em termos de saúde, com uma incidência de doenças infecto-contagiosas extremamente elevada em meio prisional. Uma situação preocupante, assim a tem classificado o Presidente da República, uma situação dramática, nas palavras do actual bastonário da Ordem dos Advogados.

Na nossa opinião, acima de tudo, é uma situação que não pode permanecer ignorada, que impõe e reclama, a adopção, aos mais variados níveis, de medidas políticas urgentes para melhorá-la. Medidas concretas, designadamente, num dos domínios que há muito nos move e tem suscitado a intervenção e a iniciativa política de Os Ver-

des e que é, de modo consensual, tido como prioritário: a defesa da saúde e a prevenção da doença dos cidadãos detidos.

Um domínio no qual, nos últimos anos, se tem registado um agravamento significativo em resultado das modificações sociais profundas operadas na população prisional e dentro das nossas prisões, nas quais o panorama da saúde se tem degradado rapidamente e ganho novos contornos, o que impõe a necessidade de prevenir doenças, em especial as infecto-contagiosas.

Uma degradação cujas causas, a este nível, se radicam, em primeiro lugar, no fenómeno da toxicod dependência que, directa ou indirectamente, atinge a esmagadora maioria da população actualmente privada de liberdade e que enche as prisões portuguesas, um dado que está associado à prevalência de consumos de drogas dos detidos em meio prisional, um fenómeno ao qual está associado, por fim, o aparecimento de doenças virais e a sua propagação, de que resulta uma elevada incidência de doenças, como a SIDA, a hepatite C e a tuberculose.

Uma evolução a este nível que o Provedor de Justiça, em 1997, ao analisar os números, afirmava ser alarmante. Dados de uma realidade que, como a Comissão Nacional de Luta contra a SIDA sublinhava, tinham de ser interpretados no seu conjunto, o que, por sua vez, tendo presente a grande mobilidade da população prisional, a sobrelotação nas prisões, que actualmente voltou a subir, a elevada percentagem de jovens preventivamente colocados nas prisões e a facilidade de transmissão destas doenças, exige, no caso português, acrescida atenção, frontalidade e determinação na tomada de decisões políticas, que se quer sejam capazes de contrariar e de sustentar esta realidade.

Uma realidade do ponto de vista da saúde que é reconhecida por todos — o próprio actual Primeiro-Ministro não a desmente — e que reclama medidas e novos passos, passos esses que, aparentemente, o próprio Ministro da Justiça, há um ano, admitia não excluïrem a troca de seringas em meio prisional; novos passos que o anterior governo chegou a equacionar e que, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Os Verdes hoje propõem de novo à Câmara, convictos dos seus benefícios; passos que, em nosso entendimento, nunca poderão ser considerados isolados nem medidas redutoras e só podem ser entendidos e úteis enquanto parte integrante de uma estratégia global de combate à toxicod dependência e, dentro desta, na óptica da redução de danos e da prevenção de riscos, de um trabalho efectivo dentro das prisões, sem os quais o problema de saúde pode, a muito curto prazo e pelo seu dramatismo, tornar-se verdadeiramente incontrolável.

Novos passos são, pois, aqueles que vos propomos, de uma estratégia de prevenção que a Lei n.º 170/99, que teve na sua origem um projecto de lei de Os Verdes, já então tentava desenhar ao definir meios de combate e rotinas na prevenção de doenças infecto-contagiosas.

Medidas positivas de uma estratégia que, no entanto, se tem revelado limitada, extremamente restritiva e insuficiente na sua aplicação. Medidas que a dimensão assumida por estas doenças nas prisões, onde 1/4 dos reclusos estão doentes com SIDA, onde 40 % da população prisio-

nal se encontra afectada por hepatite C e B e 5 % sofre de tuberculose, exige.

É essa resposta e esse novo impulso que hoje vos propomos, através da possibilidade da distribuição e troca de seringas em meio prisional. Uma proposta que, aliás, não é nova, mas que pretende dar um passo e uma resposta institucional complementar, que previna os riscos que advêm da actual partilha, que naturalmente não é fácil de controlar nem de contrariar, de seringas contaminadas pelos toxicodependentes reclusos.

Reconhece-se assim, em primeiro lugar, que o problema da droga existe e é um dos mais delicados com que os sistemas prisionais, todos eles, incluindo o nosso, têm de confrontar-se.

Assume-se que em Portugal, como acontece aliás na generalidade dos países, circula e consome-se droga dentro das prisões. Confronta-se, sem hipocrisias, um alarmante problema de saúde, que marca, de forma particularmente dramática, a população reclusa, mais de metade da qual é extremamente jovem.

O que vos propomos é a adopção de uma medida, a da injeção assistida, ou, dito de outro modo, a introdução de um sistema de troca de seringas, há muito constante em várias recomendações e adoptada, ainda que experimentalmente em alguns casos, em vários países, numa óptica de redução de risco e prevenção de danos. Recomendações que o próprio Provedor de Justiça, Dr. Meneres Pimentel, propunha, desde 1997, no seu relatório dirigido à Assembleia da República sobre o estado das prisões, ao afirmar: «Entendo que, sem prejuízo do combate à entrada e circulação de droga nas prisões e tendo presente os números da toxicodependência e da incidência de doenças infecto-contagiosas nas prisões, a par de um juízo de prognose quanto à sua evolução, se deveria proceder, ainda que a título experimental, à criação nos estabelecimentos prisionais de instalações próprias para a administração a reclusos toxicodependentes de droga por via endovenosa, dispondo de assistência médica, tendo em vista a redução de riscos (...)»

Medida preconizada também, é bom lembrá-lo, pela Comissão de Estratégia de Combate à Droga, na sua análise do problema da prevenção, que, ao aludir, na abordagem ao problema, a várias propostas, lembrava a necessidade de estender ao meio prisional a tantas vezes prometida como esquecida distribuição de seringas no interior das cadeias.

Uma proposta que a Comissão Nacional de Luta Contra a Sida há anos recomenda dever ser adoptada e que o Relatório Anual Sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia e na Noruega identifica como uma medida com resultados bem sucedidos nos diferentes países que, de forma diferente, a têm ensaiado.

Uma via que pretendemos que seja, neste momento, tentada; uma medida que, entendemos, pode ser um contributo importante. O que vos propomos em concreto, não escamoteando aquela que tem sido a reserva apontada ao longo dos anos para a sua implementação — a questão da segurança —, é que o recluso que manifestamente necessita de consumir por via endovenosa uma droga o possa fazer num recinto concreto, definido, em segurança e com condições de higiene e que, findo esse consumo, sempre

e só feito sob a orientação médica, devolva ou destrua a seringa que utilizou.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projecto que vos apresentamos é claro nos seus propósitos, ao pretender combater a dramática situação de saúde que se vive nas prisões portuguesas.

Não é, seguramente, uma proposta fechada. Assume-se como um começo, um ponto de partida para discutir e aperfeiçoar. É um contributo que se oferece a todos para uma responsabilidade que também é de todos, para que se opte, ainda que experimentalmente, por uma via, num combate contra a toxicodependência, sendo a nossa convicção, em nome dos direitos, da saúde e da vida dos reclusos, que não pode permanecer adiado.

Este combate é também o apelo perante uma realidade tendencialmente silenciada: a das prisões. Aquela realidade que não obriga ao confronto quotidiano do olhar, que é silenciada pelos muros que a cercam, que, precisamente pelas suas características e por aqueles que um dia dela terão de sair, impõe, como prioridade política, medidas e tentativas para sustentar um problema que é de todos e a que ninguém se furta.

É esse o sentido da nossa proposta e pensamos que, com responsabilidade, todos dela devem participar e não se alhear.

*Aplausos de Os Verdes.*

**Vozes do PCP: — Muito bem!**

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, em primeiro lugar, quero felicitar o Partido Ecologista Os Verdes por mais uma vez ter trazido esta importante questão à Assembleia da República, manifestando uma preocupação com o problema da circulação de droga nas prisões, que é um fenómeno incontornável. Não vale a pena estarmos agora, aqui, a discutir as suas causas, mas não podemos fechar os olhos perante essa realidade. Os problemas de saúde em meio prisional são, de facto, muito relevantes e, aliás, a Assembleia da República já aprovou legislação, precisamente sob proposta do Partido Ecologista Os Verdes, relativamente a essa matéria.

Portanto, encaramos como meritórias as preocupações que o Partido Ecologista Os Verdes aqui nos traz e consideramos a medida que nos propõem como uma tentativa de reduzir danos para a saúde dos toxicodependentes reclusos.

Não ignoramos, no entanto, que esta proposta suscita algumas dificuldades, que têm vindo, aliás, a ser colocadas por vários intervenientes, designadamente por pessoas que intervêm diariamente no sistema prisional. Esta proposta não é inteiramente pacífica, pelo que importa estudá-la em todas as suas componentes, nas suas virtualidades e também nas suas dificuldades.

Nesse sentido, gostava de lhe colocar duas questões.

Sabemos que existem países onde algumas experiências deste tipo têm sido levadas a cabo e importaria ter-

mos um conhecimento profundo dessas experiências para podermos beneficiar de erros alheios, de forma a não os cometermos. Isto é, seria importante termos o conhecimento do que é que se faz noutras latitudes acerca deste problema.

Assim, a primeira questão que gostaria de colocar à Sr.<sup>a</sup> Deputada é se nos pode habilitar com algumas experiências de troca de seringas em meio prisional que existam noutros países, cujo conhecimento pudesse ser útil para esta Assembleia.

Em segundo lugar, gostaria de saber como é que encarraria uma aplicação circunscrita da sua proposta, que pudesse, de alguma forma, ajudar a dar passos seguros no sentido da preocupação que o Partido Ecologista Os Verdes aqui nos manifesta.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Filipe, julgo que a questão que coloca permite enfrentar uma coisa que temos consciência que atravessa as diferentes bancadas.

Em primeiro lugar, quanto à questão do combate à droga e quanto à sua aplicação, esta medida não se pode catalogar, como tradicionalmente leituras apressadas podem fazer crer, como atribuída à esquerda ou à direita. Esta é uma medida que diferentes países, quer de direita quer de esquerda, têm tomado, como por exemplo a vizinha Espanha, na óptica do combate à toxicodependência. Independentemente daquilo que tem de ser feito para impedir a entrada de droga nas prisões, é um facto incontornável que em todos os países do mundo a droga está dentro das prisões e, portanto, não vale a pena «meter a cabeça na areia» e fazer de conta que assim não é.

É perante a consciência de que a droga está nas prisões, que há uma situação dramática do ponto de vista de saúde pública, que a situação em Portugal é explosiva e que há a possibilidade, a muito curto prazo, de termos o descontrolo total, porque as prisões estão a transformar-se em campos de extermínio e morte, que se têm de tomar medidas.

O Sr. Deputado pergunta se esta medida já foi testada por alguns países. Há países que a testaram, nomeadamente algumas regiões de Espanha fizeram-no com sucesso, ou seja, conseguindo sustentar o alastramento de doenças infecto-contagiosas, e nesse sentido há também experiências positivas feitas na Suíça.

Portanto, já há possibilidades de análise e de balanço da aplicação desta medida, que são, aliás, referidas no Relatório Anual Sobre a Evolução do Fenómeno da Droga na União Europeia e na Noruega, e os resultados são positivos.

Se me perguntar se é mais fácil que uma medida destas seja testada num espaço circunscrito, ou seja, num pequeno estabelecimento prisional antes de ser alargada a outros, parece-me evidente que isso facilita uma avaliação do processo.

Aliás, a investigação e o diagnóstico sobre trajectórias e consumos de droga nas prisões efectuado pelo ISCTE permite perceber que se há local onde a droga continua a

ser consumida de forma injectável é nas pequenas prisões. Aí não houve mudanças de consumos e, portanto, parece-me que é mais fácil circunscrever a esse universo uma medida deste tipo e fazê-la acompanhar de uma avaliação médica, que, naturalmente, é fundamental para o seu bom sucesso.

A Sr.<sup>a</sup> Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isilda Pegado.

A Sr.<sup>a</sup> Isilda Pegado (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes tomou a iniciativa de apresentar o projecto de lei n.º 58/IX, que altera a Lei n.º 170/99, a qual adopta medidas de combate à propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional.

O presente diploma constitui matéria recorrente nesta Assembleia e teve como antecedente próximo o projecto de lei n.º 351/VIII, que foi rejeitado por larga maioria nesta Assembleia.

Importa, por isso, fazer um juízo de valor sobre a metodologia das medidas sociais que nesta matéria sejam tomadas.

Não somos indiferentes a que haja ou não consumo de estupefacientes dentro das cadeias. Desde logo, por uma questão de princípio: quando o Estado, em nome da sociedade, decreta a detenção de um cidadão, fá-lo não só pela ideia do castigo pelo castigo mas porque vê na pena aplicada um meio para recuperação daquele indivíduo, por forma a ser integrado na sociedade.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — É esta obrigação que tem sido esquecida.

Fazer das nossas cadeias depósitos de homens onde o único critério que conta para medir a eficácia do sistema é saber se houve ou não fugas durante um ano, é manifestamente pobre.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A questão maior neste debate diz respeito ao bem comum. Sabemos que o bem comum, esse ente querido da política, se encontra diametralmente oposto ao consumo de drogas; daí que tenhamos gerado esta intuição colectiva, humana e solidária de defesa de uma vida livre de drogas. A força desta convicção é inabalável, não se apaga, antes se reforça no testemunho vivido e sofrido dos toxicodependentes, dos pais, familiares e amigos. A integridade desse bem reclama a integridade das respostas de combate à toxicodependência.

O Sr. António Pinheiro Torres (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — O inferno da droga não pode ser matizado, arredondado ou esquecido. Mas o sofrimento humano das piores realidades da toxicodependência ensinou-nos a proteger mais do que as verdades auto-evidentes.

A danosidade colectiva e individual do abuso de drogas, o aumento do número total de toxicodependentes, designadamente dos consumidores de drogas duras, como a heroína, envolvidos na criminalidade, na transmissão de doenças transmissíveis e noutros comportamentos de desresponsabilização perante a sociedade, e bem assim a necessidade de estabelecer laços de proximidade e confiança que visem o tratamento dos dependentes da droga, impõe uma nova abordagem.

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — A diminuição do sofrimento humano, a solidariedade de não desistir da possibilidade de desintoxicação, cura e recuperação de milhares de cidadãos que perderam graus fundamentais de autonomia e responsabilidade, e a diminuição dos fenómenos associados de tráfico e criminalidade ou transmissão de doenças como a SIDA, as hepatites B e C ou a tuberculose, deverão ser objectivos primeiros dessa nova abordagem.

A mensagem essencial de recusa de vidas dependentes deve ser postulado primeiro para uma política que pretenda integrar estes novos meios e medidas nas soluções sociais, criminais, policiais, de saúde pública e de prevenção e educação mais vastas. Só um sistema verdadeiramente integrado de resposta e soluções, de acompanhamento dinâmico por todas as autoridades e entidades envolvidas e com mecanismos internos e externos de avaliação credíveis pode alcançar resultados positivos a médio prazo nas nossas comunidades.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A redução de riscos e danos é sempre parcelar e limitada. Goza da nossa abertura, em virtude de nos caracterizarmos como partido humanista e reformista, atento à incapacidade volitiva óbvia dos toxicodependentes, esses doentes irresponsáveis. Porém, estas medidas avulsas condenam a processos políticos táticos de oportunismo e divórcio público, condenando os elos mais fracos — os toxicodependentes e suas famílias — ao desespero de confundir o mal e o bem, o bem próprio e o bem comum.

Por outro lado, as medidas agora propostas funcionam contra a humanidade do toxicodependente.

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Há a desistência, por parte de quem o pode ajudar naquela circunstância concreta, do auxílio esperado.

A aposta tem de ser numa mentalidade nova, em que a cadeia seja o local onde, desenraizado do meio propício ao consumo, o toxicodependente encontra a ajuda que precisa e onde pode tratar-se. As alas livres de drogas são um caminho.

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Pena é que tão pouco se tenha feito nos últimos anos. Porém, como já foi anunciado pela actual

titular do Ministério da Justiça, este é um vector da política judiciária.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A nossa aposta é no combate à permissividade dentro dos estabelecimentos prisionais, com uma fiscalização mais eficaz mas, acima de tudo, com uma atitude construtiva por parte daqueles que trabalham com toxicodependentes. Refiro-me aos profissionais de saúde, aos técnicos sociais, aos próprios guardas prisionais e demais pessoal auxiliar, os quais, é justo lembrar, trabalham hoje em condições adversas que podem e devem ser melhoradas e optimizadas, canalizando sinergias e saberes específicos existentes e não aproveitados até agora.

Srs. Deputados, nesta como noutras matérias, o que nos move é o homem, a pessoa concreta e não apenas a redução social de uma questão como seja a transmissão de doenças infecto-contagiosas em meio prisional.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Aliás, hoje o que nos distingue da esquerda é exactamente estas características que, em matéria social, se vêm notando.

A esquerda desiste. Por isso, quer regulamentar a prostituição; por isso, quer liberalizar o consumo das drogas; por isso, quer distribuir seringas nos estabelecimentos prisionais.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A esquerda não quer a prevenção e eliminação do flagelo, quer uma política de redução de danos, de que foi exemplo próximo o uso indiscriminado da metadona,...

**O Sr. Bruno Dias (PCP):** — Que disparate!

**A Oradora:** — ... sendo certo que estas políticas de redução de danos arrastam consigo gente que de outra forma estaria livre, e a medida agora proposta é disto exemplo.

Porém, continuamos a apostar em medidas que não claudiquem, antes dêem a certeza de que é possível ter instituições livres de drogas e de outros flagelos que tanto nos preocupam e nos ocupam.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Senão, vejamos: qual a legitimidade do guarda do estabelecimento prisional para fiscalizar a entrada de drogas?

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Ao distribuir-se seringas e permitir-se o consumo em locais expressamente indicados, reconhece-se directamente que a droga está nas cadeias.

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD):** — É um absurdo!



**A Oradora:** — Ou seria esta distribuição um «prémio» a dar aos mais malandros e expeditos que até enganam os guardas e agentes da autoridade?!

Esta medida seria desistir da recuperação. Dizer o contrário é uma quimera.

Pergunto mesmo: quem está interessado nesta política e nesta medida? O detido, não, porque este vê sempre na prisão um meio de sair do flagelo onde se encontra.

A família, que sofreu todo o calvário até à prisão daquele por quem tem estima e afecto e deseja acima de tudo a sua recuperação? Também não!

Os guardas prisionais? O sindicato do corpo da guarda prisional afirmou publicamente que uma seringa na mão de um recluso é uma arma...

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD):** — Claro!

**A Oradora:** — ... que põe em causa a segurança e saúde dos que trabalham dentro das prisões e dos reclusos não toxicodependentes,...

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

**A Oradora:** — ... tendo estes profissionais, profundamente conhecedores da realidade, afirmado ainda que o consumo nas cadeias se faz sobretudo por inalação, pelo que o factor de risco de contágio de doenças infecto-contagiosas é diminuto.

Acrescentamos que, por não ser possível ter números exactos, uma delegação desta Assembleia da República visitou há poucos dias o Estabelecimento Prisional de Lisboa onde a médica responsável pelos rastreios de reclusos à entrada e à saída afirmou que a taxa de reclusos contagiados em meio prisional não é superior a 0,4 %.

Resta acabar de responder à pergunta que tínhamos formulado: a quem interessa esta política? Pela positiva, aos traficantes, que mantêm mercado, e a alguns sectores políticos, que usam este drama como arma no jogo político.

**O Sr. Luís Marques Guedes (PSD):** — Muito bem!

**A Oradora:** — Não nos demitimos das preocupações sublinhadas na exposição de motivos do projecto em apreço. Ao invés, porque a queremos enfrentar, traçamos outro caminho.

Não tomamos o todo pela parte nem a parte pelo todo. As vítimas deste drama podem, pois, contar connosco. Porque sabemos que é possível sair da droga. Mas da droga não se sai sozinho.

Em nome da saúde pública constitucionalmente consagrada, é esta a aposta que aqui trazemos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Vera Jardim.

**O Sr. José Vera Jardim (PS):** — Sr. Presidente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada falou numa política de abertura no sentido de alas livres de droga, ao que eu acrescentaria «comuni-

dades terapêuticas». Disse que, até agora, essa política não tinha sido seguida mas passaria a sê-lo.

Gostaria de perguntar à Sr.<sup>a</sup> Deputada se pode dar-me alguns elementos sobre o seguinte: quantas alas livres de droga existiam em 1995, aquando da tomada de posse do governo PS, e quantas existem hoje?

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Zero!

**O Orador:** — Quem as iniciou? Quem as pôs a funcionar?

*Aplausos do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada, há uma coisa verdadeiramente espantosa na sua intervenção.

Um governo do PSD, que há décadas introduziu o uso da metadona, e bem, nas prisões, não subscreveria uma intervenção como a que a Sr.<sup>a</sup> Deputada acaba de fazer.

É que é de uma enorme irresponsabilidade desconhecer a realidade. Desconhecer a realidade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, não é defender a vida, é condenar à morte, que é o que os senhores estão a fazer.

**Vozes do PCP e do BE:** — Muito bem!

**A Oradora:** — A Sr.<sup>a</sup> Deputada diz que é preciso prevenir. O que é que este Governo já fez no domínio da prevenção, se procedeu a cortes brutais e sem critério em relação à assistência médica dentro das prisões, fazendo com que as pessoas morram por falta de assistência?!

Que direito à vida é este em que não cabe, por exemplo, uma palavra em relação ao futuro e não há uma medida mas, sim, cortes em relação à reinserção social?!

Que direito à vida é este, Sr.<sup>a</sup> Deputada, se são ignoradas coisas elementares como os direitos humanos dentro das prisões?!

**Vozes do PCP e do BE:** — Muito bem!

**A Oradora:** — Aliás, Sr.<sup>a</sup> Deputada, considero de uma enorme irresponsabilidade alguém ousar dizer hoje que a questão da defesa da vida, da defesa da saúde, do combate à doença infecto-contagiosa é uma fantasia da esquerda porque a direita não tem nada a ver com isso.

Isso significa que há uma grande irresponsabilidade e, sobretudo, uma grande ignorância, que não era tradição do PSD nesta área.

*Aplausos de Os Verdes, do PCP, do BE e de alguns Deputados do PS.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isilda Pegado.

A Sr.<sup>a</sup> **Isilda Pegado** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Vera Jardim, eu não afirmei que não houvesse alas livres de droga quando o PSD chegou ao Governo.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Tem de explicar isso ao Deputado Nuno Melo!

A **Oradora**: — O que eu disse foi que às alas existentes é preciso juntar mais. É uma política que já foi iniciada, mas que é preciso continuar. Acima de tudo, é preciso levar esta política em frente, até porque a permanência naquelas alas é uma decisão voluntária por parte dos que lá estão, e este é um meio que se tem mostrado bastante proficuo para a recuperação de todos os que caem neste flagelo.

Relativamente a esquerda e direita, quero dizer à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro que mantenho exactamente o que disse.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

A **Oradora**: — A medida agora proposta vai no sentido de nos demitirmos da ideia de que os reclusos toxicodependentes podem ser recuperados.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, devo dizer-lhe que, ao longo dos meus 20 anos de trabalho com reclusos, tenho tido a experiência de recuperar gente que sai da cadeia livre de droga, gente que encontrou na cadeia um meio de se libertar daquele flagelo.

Para grande alegria das famílias e de todos aqueles que sofreram até à entrada na cadeia, tenho na minha mente as caras de todos quantos, depois de cumprida uma pena, saem da cadeia aptos para a vida. É nisto que apostamos e não em continuar a introduzir drogas nas cadeias. Não apostamos em assistir impávidos e serenos a esta vergonha, que é haver droga dentro das cadeias. É isso que não queremos.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos.

A Sr.<sup>a</sup> **Sónia Fertuzinhos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O problema da propagação de doenças infecto-contagiosas existe e é grave. Os resultados do estudo concluído em 2002 pelas investigadoras Amália Torres e Maria do Carmo Gomes são elucidativos:

«É muitíssimo elevado o número de reclusos que, depois de fazerem análises, concluíram que eram portadores de HIV/SIDA, tratando-se de um valor muito superior àquele que se verifica no total da população», sendo também elevados os valores em relação às hepatites;

As declarações de consumos alguma vez na vida feitas pelos reclusos, que apontam para 63,1 % dos inquiridos, são muito superiores às da população em geral;

As percentagens de consumos dos vários tipos de drogas pela população reclusa também apresentam valores substancialmente mais elevados do que na população em geral;

Mais de metade dos reclusos (63,2 %) no conjunto dos «consumidores de drogas declarados» assumiram consumos injectáveis.

Para além das conclusões do estudo em si, os próprios reclusos (64,8 %), identificaram as doenças infecto-contagiosas como o aspecto do sistema prisional que mais os preocupa.

Este é o diagnóstico. Este é o dramático diagnóstico do consumo de drogas nas prisões portuguesas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Em matéria de droga e toxicodependência, que fez até hoje este Governo?

Pela intervenção do PSD, ficamos a saber que o maior partido que apoia o Governo não só ignora o próprio Programa do Governo como, para além de não ter nenhuma ideia sobre o assunto, não conhece a realidade, o que é grave e perigoso, até porque se exige mais a quem tem responsabilidades governativas.

*Aplausos do PS.*

É verdade que o Governo assumiu, no seu Programa, o compromisso de assegurar estabilidade e continuidade à política de combate à toxicodependência dos governos do PS — e são palavras do Sr. Ministro da Saúde. Mas a realidade, para não variar, é infelizmente bem diferente.

O Governo fundiu, de forma desastrada e trapalhona, o IPDT e o SPTT. Enquanto fundia e não fundia os dois serviços, conseguiu desorientar, paralisar e desmotivar tudo e todos.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — É verdade!

A **Oradora**: — À custa de um único objectivo de poupança, o Governo conseguiu desperdiçar uma estratégia consensualizada de combate à droga e toxicodependência...

O Sr. **António Pinheiro Torres** (PSD): — Consensualizada com quem?

A **Oradora**: — ... que estava a apresentar bons resultados, porque era avaliada, que mobilizava os técnicos e que colocava como absoluta prioridade deste combate os toxicodependentes e as suas famílias.

O Governo decidiu que a droga e a toxicodependência passavam para o Ministério da Saúde para haver uma maior e mais eficaz coordenação das medidas, mas o que vemos, Srs. Deputados, é que o Sr. Ministro continua sem ter tempo para estas matérias e o coordenador nacional do combate à droga e toxicodependência e Presidente do IDT não tem peso institucional para coordenar o que quer que seja com os outros ministérios.

A actual situação nas estruturas de combate à droga é de total ausência de orientação e a actuação no combate à droga e toxicodependência é grave e atinge, como é óbvio, os meios prisionais. Se os CAT ficam sem técnicos é normal que os serviços que prestam aos estabelecimentos prisionais e aos reclusos sejam afectados, aumentando assim as dificuldades de acesso, por exemplo, a programas de substituição e a programas terapêuticos.

Se o Sr. Ministro não tem tempo para se ocupar da droga e da toxicodependência e o coordenador nacional não

tem capacidade institucional para coordenar a acção dos vários ministérios, é normal que falhe o indispensável envolvimento do Ministério da Saúde na promoção da saúde no meio prisional, como é reconhecido no relatório da visita ao Estabelecimento Prisional de Tires efectuada pela Subcomissão de Justiça e Assuntos Internos, presidida pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Teresa Morais.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Neste cenário, compreendemos as preocupações subjacentes à apresentação do projecto de lei em discussão apresentado pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes, que visa, no fundo, criar salas de injeção assistida nos estabelecimentos prisionais. E compreendemos alguns dos argumentos invocados a favor, como os da segurança.

No entanto, e sobretudo no actual cenário de inexistência de políticas de combate à droga e à toxicodependência, o Partido Socialista defende uma acção articulada entre o Ministério da Justiça e o Ministério da Saúde que garanta o reforço das condições dentro das prisões para o aumento das acções de prevenção, de detecção, de tratamento e redução de riscos da toxicodependência. E defende, tal como consta do plano nacional, a implementação de um projecto-piloto de troca de seringas nos meios prisionais.

O Sr. Eduardo Cabrita (PS): — Muito bem!

A Oradora: — O objectivo é o de criar um sistema de saúde suficientemente sólido dentro das prisões para que as medidas de redução de riscos sejam medidas de último recurso.

No estudo que referi sobre drogas e prisões em Portugal, os reclusos, quando inquiridos sobre o grau de importância que atribuíam às medidas relacionadas com a toxicodependência, definiram: em primeiro lugar, mais alas livres de drogas; em segundo lugar, acesso mais fácil a programas de substituição; em terceiro lugar, acesso mais fácil a programas terapêuticos; em quarto lugar, maior vigilância; em quinto lugar, programas de troca de seringas; e, em sexto lugar, salas de injeção assistida.

Não deixa de ser preocupante que a preocupação de mais alas livres de droga seja confrontada com a suspensão, por parte da actual Ministra da Justiça, de todos os investimentos nas áreas livres de drogas.

O PS deixou uma boa estratégia definida e deixou uma boa parte das acções em curso. Só a incúria, a incapacidade, a irresponsabilidade e cegueira economicista deste Governo conseguiram deitar tudo a perder.

Vozes do PS e do PCP: — Muito bem!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!

A Oradora: — E o mais lamentável, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, em especial os que apoiam o Governo, é que tudo isto é feito à custa da saúde e das vidas dos toxicodependentes e das suas famílias.

O PS exige ao Governo que assuma as suas responsabilidades nesta matéria. Em nome do trabalho e dos resultados que conseguiu nos seus governos, em nome do muito que foi investido, em nome do imenso trabalho e da

dedicação de muitos funcionários e técnicos, em nome da dignidade dos toxicodependentes e das suas famílias.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Começo por dizer que nos revemos na preocupação manifestada pelo partido proponente do diploma em discussão. No entanto, o que rejeitamos completamente é a solução.

Rejeitamos a solução porque temos plena consciência de que combater a propagação de doenças infecto-contagiosas em meio prisional, sendo uma prioridade, não é por este caminho que será possível.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Do nosso ponto de vista, só a ideia de se fornecer a presos e a detidos meios para se drogarem não é pensável e, do ponto de vista do sentido de Estado, revela uma total irresponsabilidade que só não é muito grave vindo de quem vem.

Daí que, se não estranhemos este tipo de discurso vindo de Os Verdes, já no que toca ao Partido Socialista causa-nos alguma estranheza por uma razão óbvia.

É que o que este Governo pretende é caminhar no sentido da implementação de alas livres de droga — vimos isso há dias no Estabelecimento Prisional de Lisboa — enquanto o que Os Verdes querem é consagrar um caminho de alas com droga. Ora, como é evidente, isso não faz qualquer sentido.

O Sr. António Pinheiro Torres (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Vejamos o que Os Verdes pretendem.

Em primeiro lugar, pretendem que sejam fornecidas seringas aos presos e aos detidos. Mas, em segundo lugar, pretendem que os respectivos estabelecimentos prisionais construam compartimentos especificamente vocacionados para os reclusos toxicodependentes poderem consumir estupefacientes. Só falta dizerem, no projecto de lei, que pretendem que isto aconteça com maior conforto para os reclusos.

Isto não nos faz sentido, pois o que Os Verdes pretendem com este projecto de lei é consagrar para as cadeias o que não conseguiram cá fora. Ou seja, pretendem consagrar «salas de chuto» — mais pomposamente designadas por «salas de injeção assistida» —, para além do dito programa de troca de seringas que mais não é do que um passo para alcançar o passo seguinte que é, efectivamente, a existência das ditas salas de injeção assistida.

Acresce que, de um ponto de vista estritamente jurídico, quer-me parecer que isto viola o princípio da igualdade. Não me resulta como fazendo muito sentido que, fora do estabelecimento prisional, haja um Estado que, antes, punia um crime e, hoje, pela via contra-ordenacional, o consumo e que, dentro das prisões, for-

neça àqueles a quem são aplicadas sanções os meios para praticar o que o próprio Estado sanciona. Isto não faz qualquer sentido.

Portanto, nem sequer estamos a mudar de opinião e, com toda a franqueza, creio que o que aqui é proposto viola regras constitucionais básicas do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei.

Repito que não faz sentido que quem está cá fora consuma e seja sujeito a um processo de contra-ordenação e quem está dentro de um estabelecimento prisional até possa consumir com o aval do Estado. Não faz qualquer sentido.

*Aplausos PSD e do CDS-PP.*

Atrever-me-ia mesmo a perguntar à Sr.<sup>a</sup> Deputada de Os Verdes qual seria a motivação para aqueles reclusos que, dia após a dia, lutam para conseguir permanecer em alas livres de droga, estudando, trabalhando no sentido da sua reintegração, sabendo que, ao lado, há salas, criadas pelo mesmo estabelecimento prisional, onde até fornecem umas seringas para os seus colegas se drogarem!

**Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Acha que isto faz algum sentido? Acha que isto é responsável? Naturalmente que não é, e poria em causa o programa — esse sim, o que este Governo pretende — de facultar aos presos meios para se reabilitarem, como dizia a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isilda Pegado, e muito bem, com sentido de Estado e responsabilidade.

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD): —** Muito bem!

**O Orador: —** De resto, Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, talvez seja por isso que não a vi no Estabelecimento Prisional de Lisboa e tive pena. Estivemos lá três dias, a visitar a dita «Ala G», que é uma ala livre de drogas.

E sabe o que vimos lá, Sr.<sup>a</sup> Deputada? Vimos responsáveis do estabelecimento prisional e responsáveis da reinserção social, mas presos também, todos unidos num projecto comum, no sentido de os libertarem desse pesadelo que é a droga.

E sabe o que diziam os próprios presos, alguns dos quais com quem falei? «Nós somos os primeiros a não querer droga dentro desta cadeia», disseram-me.

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD): —** Exactamente!

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): —** Isso é que é ignorar a realidade!

**O Orador: —** Portanto, não queira a Sr.<sup>a</sup> Deputada agora meter na cadeia aquilo que os próprios presos, que se querem libertar desse pesadelo, não querem!

Como não queira a Sr.<sup>a</sup> Deputada pedir a um guarda, que está encarregado de todos os dias guardar milhares de pessoas em cadeias muitas vezes sobrelotadas, que guarde essas pessoas fornecendo-lhes o Estado uma arma. É que, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada muito bem sabe, hoje em dia a se-

ringa é objectivamente uma arma, usada por múltiplos criminosos e delinquentes (muitos deles doentes, porque toxicodependentes) para, nomeadamente, roubar e furtar e, com isso, conseguirem fazer face ao seu vício. A Sr.<sup>a</sup> Deputada sabe muito bem isso. Portanto, estar a fornecer seringas a detidos, as quais, depois, poderão ser usadas como armas contra quem nos está a guardar (quando não contra colegas presidiários), é naturalmente uma irresponsabilidade.

**O Sr. António Pinheiro Torres (PSD): —** Exactamente!

**O Orador: —** Duas últimas notas, Sr.<sup>a</sup> Deputada. Mais uma vez, Os Verdes (de resto, como é costume) apresentam-nos aqui um projecto de lei feito «em cima do joelho». Não apresentam um estudo, um parecer, nada que sustente a sua tese. Mais, como também não o poderiam fazer, não referem sequer qualquer experiência do exterior que justifique o sucesso das suas iniciativas.

**O Sr. Vitalino Canas (PS): —** Em Espanha, na Galiza!

**O Orador: —** Em Portugal, em Portugal!

Além de que, mesmo nos outros exemplos que queira citar — e use de dados estatísticos ou do que quiser —, verificará que não houve qualquer inflexão no curso natural de propagação de doenças, atento o meio em que se está, por força desses ditos programas. Mas seguramente, ainda que o conseguisse fazer, há uma coisa que também não conseguiria demonstrar: era que, com isso, não ia prejudicar todos aqueles que, em programas de reabilitação, se querem libertar da droga, no sentido da sua posterior reintegração.

**Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** A menos que a Sr.<sup>a</sup> Deputada apenas queira que, dentro das cadeias, os presos tenham meios para se drogarem e para calmamente passarem aí o seu tempo e que, depois, saindo cá para fora, tenham novamente de enfrentar a sociedade e de trabalhar, com o peso que constitui terem um vício como esse, do qual o Estado tinha a obrigação, também na cadeia, de os ajudar a libertar-se,...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): —** Muito bem!

**O Orador: —** ... mas não o fez, perdendo uma oportunidade única. Já que há delinquentes presos, detidos, que estão no meio prisional e são toxicodependentes, o Estado tem o dever, o imperativo moral de, no meio prisional, fazer tudo o que estiver ao seu alcance para os libertar dessa pena, como medida primeira de reintegração.

**Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** A Sr.<sup>a</sup> Deputada não pode falar em efectiva reintegração de delinquentes se não fizer tudo para os

libertar do vício. E a Sr.<sup>a</sup> Deputada não os liberta do vício fornecendo-lhes seringas para se drogarem. Isso parece-nos uma evidência.

**Vozes do CDS-PP e do PSD:** — Muito bem!

**O Orador:** — Para terminar, Sr.<sup>a</sup> Deputada, digo-lhe o seguinte: não é esse o nosso caminho e não é essa a nossa prioridade.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — O vosso caminho não é nenhum!

**O Orador:** — O nosso caminho e a nossa prioridade não está em dar seringas a presos, muito menos em dar-lhes salas para eles se drogarem.

O nosso caminho e a nossa prioridade, Sr.<sup>a</sup> Deputada, está no combate ao tráfico, na prevenção do consumo e no tratamento de quem está doente.

O nosso caminho, Sr.<sup>a</sup> Deputada, está na «Ala G» do Estabelecimento Prisional de Lisboa; o caminho da Sr.<sup>a</sup> Deputada está numa ala qualquer, da Colômbia ou de onde quiser, mas com toda a certeza, no que nos toca e no que passe por nós, nunca o permitiremos no nosso país.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, que beneficia de cedência de tempo da parte do PCP.

**A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, o sentido de Estado passa pela não ignorância.

*Aplausos do PCP.*

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Então, a Sr.<sup>a</sup> Deputada não é bom exemplo!

**A Oradora:** — E a leitura é uma coisa muito importante, Sr. Deputado. Essa leitura começa, em primeiro lugar, se calhar, por lembrar que, em matéria de estratégia de combate à toxicodependência, o próprio CDS-PP votou favoravelmente um relatório da Assembleia da República que propunha a troca de seringas em meio prisional.

**O Sr. Honório Novo (PCP):** — Já se esqueceram!

**A Oradora:** — Em segundo lugar, Sr. Deputado, se porventura nunca ouviu falar da prevenção de riscos e danos, sugiro-lhe a leitura do estudo *Trajectórias e Consumos de Drogas nas Prisões: Um Diagnóstico*, encomendado pelo governo do Partido Socialista. É um volume grande, mas, enfim, o Sr. Deputado fará o favor de o ler.

Sugiro-lhe que leia ainda os relatórios anuais da União Europeia nesta matéria e os relatórios do Sr. Provedor de Justiça dirigidos à Assembleia da República sobre as prisões — como Deputado da República, tem obrigação de lê-los. Isto, se quer falar sobre elas, ou, então, se ignora, remete-se ao silêncio.

É que é também o Sr. Provedor de Justiça — relembro-lho, e é bom que oiça para depois não se enganar — que diz que a troca de seringas em meio prisional, não sendo a panaceia...

*Pausa.*

Sr. Deputado, convirá que oiça aquilo que lhe estou a dizer!

*Risos do PSD e do CDS-PP.*

Sr. Deputado, acho que não é aceitável que alguém se pronuncie sobre aquilo que desconhece com a irresponsabilidade com que o senhor o fez.

Aliás, Sr. Deputado, já que fez o papel da avestruz, pergunto-lhe por que é que a droga está nas prisões. É porque a Sr.<sup>a</sup> Ministra é incompetente ou porque esse é um problema que não é passível de ser travado por nenhum governo e nunca o foi em nenhum país?

É bom que não brinquemos com coisas sérias! É bom que não continuemos a fazer de conta que estamos todos a brincar, porque não estamos a brincar, Sr. Deputado, estamos a falar da vida das pessoas. E a saída das prisões não é para ser feita em caixões, nem arrastando atrás de si uma condenação à morte porque foram contagiadas e infectadas, como o são actualmente nas prisões.

Aliás, Sr. Deputado, o que nós queremos é em benefício daqueles que se querem tratar e que não são tratados, porque o Ministério não está a fazer nada. O que nós dizemos, Sr. Deputado, é que se há pessoas que têm o direito de ser tratadas, outras há que também têm o direito de não ser contaminadas. A troca de seringas, actualmente, tal como é feita, através da partilha, é uma forma de contaminação.

Também aí, Sr. Deputado, sugiro-lhe mais um esforço: estude o relatório que é apresentado anualmente em função da Lei n.º 170/99, aprovada pela Assembleia da República e que teve na sua origem uma iniciativa legislativa de Os Verdes de prevenção de doenças infecto-contagiosas, e aí encontrará aquilo que os serviços prisionais identificam...

**O Sr. Presidente:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

**A Oradora:** — Vou já concluir, Sr. Presidente.

Aí encontrará aquilo que os serviços prisionais identificam como seringas contaminadas que são regularmente apreendidas em meio prisional.

Sr. Deputado, a pergunta que lhe faço é se quer que a situação se mantenha, que o negócio se mantenha, ou se quer que os reclusos que eventualmente precisem, possam, sob orientação médica, numa situação controlada e de forma assistida, consumir uma droga, evitando condenar à morte as outras pessoas. É disso que se trata.

*Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.*

**O Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, a quem peço que se contenha no tempo de que dispõe o seu partido.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, vou conter-me muito mais do que a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro.

Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro, a Sr.<sup>a</sup> Deputada chamou ignorante à Sr.<sup>a</sup> Deputada Isilda Pegado,...

A Sr.<sup>a</sup> Isabel Castro (Os Verdes): — Foi a si!

O Orador: — ... não sendo capaz de ouvir quem discorde de si sem partir para a ofensa.

Agora, se sentido de Estado está na não ignorância, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada referiu, então, também devo dizer-lhe, com todo o respeito, que a Sr.<sup>a</sup> Deputada não será, porventura, o melhor exemplo.

E devo também dizer-lhe quê, nesta bancada — nesta, com toda a certeza, e, porventura, noutras, como a sua, também —, lemos, e lemos muito. Agora, porventura ao contrário da Sr.<sup>a</sup> Deputada, lemos é qualquer coisa mais do que o *Avante!*. E quando lemos o *Avante!*, pelo menos não o escondemos, o que é também uma grande vantagem.

*Protestos de Os Verdes e do PCP.*

E falando de pessoas — porque, além de lermos, falamos com as pessoas e falamos de pessoas, Sr.<sup>a</sup> Deputada —, são exactamente as pessoas que vivem nesses estabelecimentos prisionais, as que querem e fazem um esforço tremendo para deixar a droga, que nos dizem, a nós que vamos às cadeias visitá-las, que não querem lá droga...

Vozes do CDS-PP: — É verdade!

O Orador: — ... e que, se o Estado fornecer meios e «salas de chuto», como a Sr.<sup>a</sup> Deputada pretende, isso pode ser o fim do caminho que eles penosamente estão a tentar traçar.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quem, porventura, não estará informada será a Sr.<sup>a</sup> Deputada ou, então, estará mal informada. O meu conselho é que faça melhor e, se quiser que a gente lhe dê uma ajuda, também cá estaremos para o fazer.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projecto de lei hoje apresentado por Os Verdes é seguramente da máxima importância. A dignificação das condições gerais dos reclusos e a defesa dos direitos humanos essenciais tem de persistir durante o cumprimento de uma pena,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — ... e passa com certeza pela protecção da saúde do indivíduo, sendo esse um dos direitos humanos essenciais.

Sabemos que a maioria dos reclusos portugueses tem problemas directos ou indirectos com drogas e que cerca de 10 % dos reclusos, ao contrário de alguns números aqui divulgados, são infectados com o vírus da SIDA, uma percentagem que é obviamente muito superior à população não reclusa.

Sabemos também que, de uma forma geral, as prisões portuguesas se debatem com problemas gravíssimos para garantir os cuidados de saúde primários, básicos, aos reclusos e que muitos destes se infectam com os vírus da SIDA, da hepatite, etc., como já foi aqui mencionado, ou iniciam mesmo o consumo de drogas dentro das prisões, depois de terem sido detidos, o que é absolutamente inadmissível. A prisão restringe a liberdade do condenado; não deve é condená-lo a uma pena ainda superior, ou seja, a uma morte anunciada, como é o diagnóstico de HIV.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Tenho pena que o debate hoje aqui travado, a páginas tantas, tenha descido a um nível arrua-ceiro e boçal.

O Sr. Presidente: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, deixe-me chamar-lhe a atenção para que a palavra «boçal» não é, de forma alguma, parlamentar.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

A Oradora: — Efectivamente, a Sr.<sup>a</sup> Deputada do PSD e o Sr. Deputado do Partido Popular mostraram aqui um certo nível de ignorância.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Só quem concorda convosco é que sabe tudo!?

A Oradora: — Esta questão não pode ser discutida apenas do ponto de vista político. Há aqui factores que são claramente do foro técnico e de saúde e que importa considerar. E esses, muitas vezes, são factos científicos de valor incontornável, da mesma maneira que o são muitos dos estudos já aqui citados, sejam eles do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência ou das Nações Unidas, como, por exemplo, o que foi divulgado esta semana, em Viena.

Ora, o desconhecimento destes estudos pode obviamente levar a medidas e à apresentação de propostas que são cegas, como as que têm sido efectivamente prosseguidas nestes últimos 20 anos, sob a alçada das políticas proibicionistas, e que resultaram na situação alarmante e confrangedora que vivemos, quer ao nível da toxicodependência quer ao nível destas infecções, de que nos vamos ter de lembrar sempre e dolorosamente cada vez que é divulgado este negro *ranking* da taxa de infecção de HIV, em Portugal.

Este debate sobre questões de saúde, em particular, a toxicodependência, ou políticas de redução de riscos e minimização de danos exige, evidentemente, um certo ri-



gor e um estudo e uma informação adequados e não apenas posições políticas e partidárias ou, muitas vezes, somente clubistas, esvaziadas de qualquer sentido.

De qualquer maneira, não poderia terminar sem dizer que o projecto de lei apresentado nesta Câmara, há um mês, pelo Bloco de Esquerda, o qual definia um amplo conjunto de medidas para o combate à toxicod dependência, indo desde medidas de prevenção à separação de mercados e passando evidentemente por planos de redução de riscos e minimização de danos, contava igualmente com esta medida, apresentada hoje por Os Verdes, das salas de injeção assistida dentro das prisões.

*Aplausos do BE.*

**Vozes de Os Verdes:** — Muito bem!

**O Sr. Presidente:** — O Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo sentiu-se agravado por algumas das expressões utilizadas pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

Tem a palavra para exercer o direito de defesa da honra, Sr. Deputado, mas seja breve para podermos concluir os nossos trabalhos em bom tempo.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, a Sr.<sup>a</sup> Deputada tem de perceber que, no plano parlamentar, é normal, mais ainda numa democracia como a nossa, que as pessoas tenham diferentes pontos de vista.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — Mais ainda quando tratamos de uma questão como esta, onde não há teorias assentes em nenhum país do mundo.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — O CDS tem ideias mais que assentes! Estão assentes no chão!

**O Orador:** — Não sei como é na Coreia, Sr. Deputado... Depois, conversamos sobre isso. Agora, estamos a falar de Portugal.

*Risos do CDS-PP.*

Há-de convir, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que temos todo o direito de criticar este projecto de lei de Os Verdes, como o fizemos, expondo pontos de vista, e sem que, por isso, tenhamos de ser chamados de «ignorantes».

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Muito bem!

**O Orador:** — De outro modo, sempre que a sua bancada discordar de algum projecto de lei apresentado pela minha bancada ou por qualquer outra bancada, teremos de rotular V. Ex.<sup>a</sup> com expressões equivalentes ou piores, coisa que naturalmente também não faremos, porque, como saberá, até pela consideração temos por si, nunca chegaremos a esse nível.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, respeitamos a sua posição, até porque, por razão da profissão, conhece a matéria, mas saberá também que há outros colegas seus que têm pontos de vista diferentes e que escrevem de forma diferente, pelo que limitamo-nos a seguir outras teses, outras teorias, que não são as suas. Lamentamos imenso, mas não nos leve a mal por isso. Nós também não lhe levamos a mal por pensar diferente de nós.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para dar explicações, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, elevar o nível do debate é, em primeiro lugar, ter a responsabilidade de uma informação que seja clara, seja consistente e que seja, passe o pleonismo, informada. Isso é que é elevar o nível do debate e isso é que é assumir a plena responsabilidade do cargo que, quer eu, quer o senhor, aqui exercemos.

Fique sabendo, contudo, Sr. Deputado, que relativamente a colegas meus de profissão terem posições discordantes sobre esta matéria ou o facto de não existirem teorias da *mainstream* científica sobre isto, está muito enganado, Sr. Deputado. Já lhe foi aconselhado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Isabel Castro a estudar melhor estas matérias, tendo-lhe sido sugeridas algumas referências bibliográficas pertinentes que eu acho que deveria seguir urgentemente.

*Aplausos do BE.*

*Protestos do CDS-PP e do PSD.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

**O Sr. António Filipe (PCP):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, gostaria de saudar a relevância deste debate e a sua importância, pois esta proposta não é uma invenção abstrusa do Partido Ecologista «Os Verdes» mas algo que tem sido debatido em muitos países do mundo, relativamente ao qual se fazem experiências além fronteiras, quer à esquerda, quer à direita. Portanto, vale a pena discutir esta proposta em todas as suas implicações e aprofundar o debate sobre ela.

É preciso reconhecer que o debate sobre estas matérias, na Assembleia, já conheceu dias melhores. Não quero ser indelicado para com os Srs. Deputados da maioria que intervieram, mas lembro que esta Assembleia tem uma grande tradição de estudo sobre esta matéria em legislaturas anteriores e que os partidos pertencentes à actual maioria já esgrimiram argumentos melhores neste debate. E convinha não esquecer um património de reflexão e de estudo que esta Assembleia tem sobre esta matéria e não pôr em causa experiências feitas em Portugal há décadas, como a distribuição de metadona, que há mais de 20 anos é feita pelo CAT da Boavista, no Porto, e como a troca de seringas nas farmácias, que é feita há vários anos, e sobre a qual nunca ouvimos qualquer crítica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Reconhecemos que esta questão não é simples e que se colocam problemas no âmbito do sistema prisional que devem ser muito bem equacionados. Nós não ignoramos isto. Não ignoramos que, por parte dos guardas prisionais, há uma resistência fundada a esta proposta.

O Sr. Luís Marques Guedes (PCP): — Não é de estranhar!

O Orador: — Não ignoramos isto, e temos na devida conta essa contribuição.

Entendemos que faz sentido aprofundar esta matéria, mas achamos que devem ser chamados à reflexão outros contributos, designadamente dos próprios guardas prisionais, porque esta é uma medida que não se aplica sem eles.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Assim, há que ponderar esta matéria, nós não a excluimos liminarmente, como fazem os Srs. Deputados da maioria, mas entendemos que se deve reflectir melhor reflectida sobre ela, porque o problema da segurança no sistema prisional é também uma questão muito relevante.

Portanto, têm de ser encontradas formas para uma medida destas poder ser experimentada, desde que sejam salvaguardadas questões essenciais, como seja a própria segurança dentro do sistema prisional, onde já existem problemas de sobra — é preciso reconhecê-lo e não fechar os olhos aos problemas.

Assim, entendemos que esta proposta deve ser bem equacionada, que deve ser pedido um contributo aos vários intervenientes no sistema prisional, quer às pessoas que defendem entusiasticamente esta medida, quer às pessoas que têm dúvidas sobre ela ou mesmo às que a combatem, porque é desta reflexão que a Assembleia da República pode encontrar uma boa solução.

Pela nossa parte, não rejeitamos liminarmente esta proposta, entendemos, no entanto, que ela deve ser submetida a um debate mais aprofundado por forma a encontrar-se uma solução, eventualmente experimental e seguramente adequada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Já que deixámos aqui sugestões de troca de leituras, eu gostaria de aconselhar a maioria a ler o Programa do Governo, a cumpri-lo, depois de o lerem naturalmente, e a deixarem de ter o discurso ambivalente a que assistimos sempre que há um debate sobre questões relacionadas com a droga.

Se os Srs. Deputados lerem o Programa do Governo verificarão que, segundo ele, se deve cumprir o plano nacional de combate à droga e à toxicodependência e que há medidas de redução de riscos e medidas relacionadas com as prisões, nomeadamente com a troca de seringas nas cadeias.

Disse o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo — perdoe-me que o cite — que havia aqui uma questão de princípio de igualdade. Pois há, Sr. Deputado, e é justamente esse o argumento principal para que também haja trocas de seringas nas cadeias,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu sei!

O Orador: — ... porque fora delas são trocadas todos os anos 3 milhões de seringas.

Portanto, o argumento do princípio da igualdade levaria a que houvesse também nas cadeias a troca de seringas.

Além disso, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, sugiro-lhe que peça ao Sr. Presidente da Junta da Galiza, que é, aliás, seu vizinho, que o convide a visitar as cadeias da Galiza, onde, por iniciativa dele, Fraga Iribarne, já se faz troca de seringas com todo o êxito. E verificará que aí existe êxito, sucesso e que não há qualquer contradição entre essa política e as outras políticas de prevenção, que também estão a ser praticadas nestas cadeias.

Os argumentos que aqui nos trouxe quanto à utilização das seringas como arma...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esgotou-se o tempo. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Sr. Deputado, é justamente por causa disso que se deve arranjar um esquema que impeça que as seringas possam ser utilizadas, como hoje são, como arma contra os guardas prisionais e contra os outros. Isto porque, se houver, por exemplo, como é sugerido pelo projecto de lei apresentado por Os Verdes, uma sala de injeção assistida, o que vai passar a verificar-se é que deixa de haver seringas nas cadeias, há seringas apenas naquela sala e não há nos outros sítios. Logo, o argumento apresentado pelo Sr. Deputado vai contra aquilo que sustenta em relação a este projecto de lei.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo que é importante que o Governo passe a cumprir o seu Programa e que o cumprimento do Programa é uma política multidisciplinar que não se contém apenas nestas ideias, um pouco aéreas e muito descoladas da realidade, que hoje aqui foram defendidas pelos Deputados da maioria.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: De facto, não se pode dizer que o nível desta discussão tenha sido dos melhores. À falta de argumentos a direita mais conservadora vem falar de Pyongyang ou do *Avante!*, como se isto tivesse a ver com a questão,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Tem por que vocês falaram de verdades absolutas!

**O Orador:** — ... como se isto nos dissesse respeito. É penoso, é lamentável que os senhores utilizem argumentos de arremesso, enfim, mesquinhos quando se está a discutir uma questão tão importante como esta.

Eu gostava de dizer o seguinte, Srs. Deputados: o que temos hoje nas prisões portuguesas são imensas «salas de chuto» não assistidas. Esta é a realidade! E os senhores, além de possuírem informação, digamos, muito pouco actualizada, para ser brando, trouxeram para aqui aquilo que é o tugúrio da moral mais conservadora e mais hipócrita a que temos assistido neste Parlamento e nesta Sessão Legislativa.

Por isso mesmo, queremos dizer, com toda a franqueza, com toda a frontalidade, com toda a clareza, que não vamos desistir, e não vamos cair no vosso preconceito ideológico, porque trata-se de um preconceito ideológico, que é o de, em questões de vida e de morte, em vez de salvarem vidas, preferirem insistir nos vossos argumentos ideológicos, que são, infelizmente...

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Não tem moral para dizer isso!

**O Orador:** — Eu gostaria que o Sr. Deputado tivesse serenidade e boa educação para escutar o que estou a dizer.

Mas, como eu estava a dizer, os argumentos ideológicos que os senhores utilizam causam, infelizmente, situações como as que assistimos hoje nas cadeias portuguesas, que são, elas sim, imensas, vastíssimas «salas de chuto» não assistidas.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, peço a palavra.

**O Sr. Presidente:** — Para que efeito, Sr. Deputado?

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Para uma defesa da consideração da bancada, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — A propósito de quê, Sr. Deputado?

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Quanto mais não seja pela hipocrisia, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado, a hipocrisia política está admitida no léxico parlamentar.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Ai está?

**O Sr. Presidente:** — Está! Infelizmente, já verifiquei isso.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Sr. Presidente, aceitamos o precedente e esperamos, no futuro, não ser censurados se usarmos igual comportamento.

**O Sr. Presidente:** — Não será censurado,...

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — Obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Presidente:** — ... porque, com muita pena minha, já verifiquei que o adjectivo político desvaloriza algumas palavras.

**O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP):** — O léxico é, também, V. Ex.<sup>a</sup> que o faz!

Muito obrigado, Sr. Presidente!

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, está encerrado o debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 58/IX, cuja votação será feita em ocasião oportuna, nos termos regimentais.

Passamos agora, à apreciação, na generalidade, do projecto de lei n.º 117/IX — Medidas para o controlo do consumo de *ecstasy* (BE).

Par apresentar o diploma, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O fenómeno do tráfico e do consumo de drogas, que continua a constituir-se como um problema de saúde individual e pública da maior gravidade, apresenta, como é sabido, uma variabilidade, de acordo com os tempos e culturas e segundo a própria organização social.

A estas oscilações na oferta e na procura de substâncias o Estado deve estar atento e activo, intervindo oportunamente e minimizando os danos, que, afinal, atingem todos, sob pena de, por omissão, ser até cúmplice.

Entre todas as drogas ilegais, o *ecstasy*, um potente estimulante sintético, tem sido aquela cujo consumo mais tem aumentado. De acordo com o relatório do Órgão Internacional de Controlo de Estupefacientes, da ONU, apresentado esta semana em Viena, o *ecstasy* ameaça mesmo vir a tornar-se no estupefaciente ilegal mais comercializado e consumido. O maior produtor é mesmo a Europa, designadamente em países como a nossa vizinha Espanha.

Não se pense, contudo, que este é um recente fenómeno internacional que ainda não chegou a Portugal. O relatório anual da Polícia Judiciária, relativamente ao tráfico de estupefacientes em 2002, afirma que o *ecstasy* é o estupefaciente que tem mostrado um aumento nas apreensões mais significativo: 76 % de crescimento, relativamente aos volumes de 2001. O consumo é mesmo muito alarmante nas grandes áreas urbanas e em zonas de fronteira, como Castelo Branco, Guarda, Elvas e Algarve.

Esta situação gera, naturalmente, uma preocupação acrescida e uma natural necessidade de se desenvolverem medidas de prevenção e redução de riscos que sejam suficientemente capazes e efectivas, tal como já previa o Observatório Europeu das Drogas e da Toxicod dependência.

Para além dos danos gravesos que o consumo de *ecstasy* provoca, há que salientar que se desconhece ainda a totalidade dos seus efeitos a longo prazo, o que deveria ser motivo para uma atitude ainda mais cautelosa e para a elaboração de estudos científicos coordenados pelas autoridades.

Ao contrário de outras drogas ilegais, como a cocaína ou a heroína, que necessitam de transportes de longo cur-

so para chegar aos consumidores europeus, o *ecstasy* pode ser fabricado em qualquer pequeno laboratório, até mesmo numa cozinha, as receitas encontram-se, aliás, em centenas de *sites* da *Internet*.

As consequências são óbvias: baixo custo, produção mais próxima dos locais de consumo e um maior risco de uma manipulação inadequada, muitas vezes resultando num elevado grau de impureza e em francas ameaças à saúde do consumidor.

Dos 50 000 comprimidos que terão sido apreendidos em Julho de 2002 e analisados pela Polícia Judiciária 20 000 eram falsificados, contendo uma mistura de MDMA com metanfetamina, o que provoca efeitos de habituação mais graves e pode mais facilmente induzir respostas psicóticas, além de que a facilidade de produção de *ecstasy* dificulta a intervenção das forças de segurança.

Quem compra *ecstasy* não compra uma pastilha colorida, compra-o pela energia que é a imagem de marca de uma droga que tem a fama de ser «limpa». Não é. O *ecstasy* pode ser fatal. A falta de informação sobre o seu consumo e a ingestão de substâncias alteradas que são vendidas pelos traficantes em seu nome mata ainda mais. Como disse, hoje, João Golão, responsável pelo extinto SPTT, o consumo de *ecstasy* no nosso país é uma roleta russa.

As características intrínsecas à própria natureza desta substância, o aumento exponencial da sua procura, o desconhecimento dos seus efeitos a longo prazo e das doses de segurança obrigam, certamente, a um olhar vigilante e responsável.

Prevenir já novos casos de morte ou lesões cerebrais graves por consumo de comprimidos adulterados é uma obrigação dos organismos que tutelam a saúde pública nesta área. É este o caminho seguido pelo Bloco de Esquerda com este projecto de lei. Uma das formas mais simples e eficazes de o fazer passa pela disponibilização de informação adequada sobre a própria substância e as circunstâncias de consumo, bem como a despistagem voluntária do *ecstasy* em discotecas e locais de lazer onde esta medida se justifique, alargando a iniciativa isolada que já está em curso em Lisboa.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Atalhamos desde já as críticas que sabemos ir ouvir dos Deputados e Deputadas da maioria. Este projecto de lei não é uma medida desgarrada, insere-se num conjunto de medidas que o Bloco de Esquerda tem apresentado nesta Assembleia.

Assim, a medida fundamental proposta por este projecto de lei consistirá na instalação de dispositivos de verificação química das substâncias contidas nos comprimidos de *ecstasy*, naturalmente, sob a condição de anonimato, junto das discotecas e de outras iniciativas sociais, como festas e *raves*, que abrangem um largo número de pessoas.

O Estado português deve estar atento e responder desde já à alteração do padrão de consumo de substâncias psicotrópicas no País. Sabemos o que custaram os anos de atraso na resposta eficaz ao aumento do consumo da heroína. Com as muitas décadas das políticas para a saúde neste sector baseadas na repressão, e exclusi-

vamente na repressão, Portugal viu crescer exponencialmente a população toxicodependente, com consequências que continuaremos a sentir nos anos mais próximos e que, como dizíamos ainda há pouco nesta Câmara, será um motivo de vergonha e de dor, cada vez que for divulgado o *ranking* europeu de infectados com HIV em Portugal.

O aparecimento de uma nova geração de drogas coloca-nos perante o importante desafio de não cometermos os mesmos erros, de encararmos o problema de frente, procurando novas soluções. O sucesso de uma política de redução de riscos mede-se, como já enfatizamos, também pela oportunidade de aplicação das medidas. Não adiantam boas intenções, servem-nos apenas medidas concretas e exequíveis. Ou escolhemos agora agir atempadamente e prevalecendo a saúde sobre outros valores de moralidade duvidosa, ou estaremos provavelmente e uma vez mais a favorecer o avolumar do problema da toxicodependência.

*Aplausos do BE.*

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, independentemente das posições de princípio que cada bancada e cada partido tem nesta Assembleia da República, há obviamente questões relativas aos projectos de lei que, do ponto de vista da seriedade e do respeito democrático, fazem com que, ainda que possamos discordar, em princípio, das ideias apresentadas, questionemos algumas das áreas que são, neste caso, apontadas como soluções no diploma apresentado hoje pelo BE.

A primeira questão que quero colocar-lhe tem exactamente a ver com a substância referida no projecto de lei, o MDMA, porque, como sabe, hoje em dia, já não são muitas as pastilhas que são feitas exclusivamente de MDMA. Assim, pergunto: até que ponto é que o alcance deste projecto de lei é, de facto, efectivo, quando temos a informação de que a multiplicidade de substâncias utilizadas na elaboração deste tipo de drogas, deste tipo de pastilhas, é tão diversa? Como é que conseguem, com este projecto de lei, responder a toda essa diversidade e a todo esse problema?

A segunda questão tem a ver com uma realidade incontornável que apresentam no vosso diploma. O BE diz-nos que 90 % dos jovens que frequentam espaços de diversão nocturna consomem *ecstasy*. Eu poderia brincar e, obviamente metaforizando essa realidade, dizer que, se a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias fosse sair com os Srs. Deputados João Teixeira Lopes e Luís Fazenda, dois vírgula e setenta e muitos por cento dos Srs. Deputados consumiriam *ecstasy*, o que implicava que o Sr. Deputado João Teixeira Lopes consumiria uma pastilha, o Sr. Deputado Luís Fazenda outra e dava à Sr.<sup>a</sup> Deputada a generosidade de só consumir 75 % de uma outra pastilha para não ficar tão alterada.

A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE): — Muito obrigado!

O **Orador**: — Mas eu gostaria de saber qual é a fonte científica deste estudo. Atendendo até ao número que nos apresentam, será um estudo do «BUE», ou seja, do «Bloco Unidades de Estudo», dirigido pelo Prof. Louçã, especialista em alarmismos e outro tipo de exageros? Gostaria de saber se é esta a base científica, ou se o «bué» é apenas uma expressão introduzida, como sabem, até pelo último dicionários da Academia de Ciências e que refere apenas uma realidade muito grande.

Por outro lado, e esta é a última pergunta que quero colocar-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, por que é que este projecto de lei se aplica só aos espaços de diversão nocturna com capacidade para mais de 200 pessoas? Por que é que não são aos com capacidade para 199, 150, 300, 500? Qual é a realidade que explica que sejam os espaços nocturnos com 200 pessoas?

Por último, qual é o impacto financeiro que este tipo de medida vai ter em relação a esses mesmos estabelecimentos? Se o impacto financeiro é aquele que me parece, não vão haver estabelecimentos de diversão nocturna. Portanto, os jovens podem continuar a consumir *ecstasy*, podem é deixar de o consumir nos espaços de diversão nocturna, por a esmagadora maioria dos espaços de diversão nocturna com capacidade para mais de 200 pessoas não ter qualquer possibilidade, do ponto de vista financeiro, para sustentar a implementação de uma medida como esta.

*Aplausos do CDS-PP.*

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Felicito o Sr. Deputado João Pinho de Almeida pela hábil gestão do seu tempo.

Para responder, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.<sup>a</sup> **Joana Amaral Dias** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, a pertinência deste projecto de lei reside justamente numa das questões que colocou, que é o grau de pureza destes comprimidos. É justamente por estes comprimidos serem feitos muitas vezes sem o seu princípio activo principal, sem o MDMA, que o seu grau de impureza e, consequentemente, de perigosidade aumenta também.

Portanto, a sua pergunta, de alguma maneira, justifica — melhor não faria eu — a pertinência desta medida, a do controlo da qualidade das pastilhas de *ecstasy*.

Por outro lado, a questão que o senhor coloca, relativamente ao estudo do «BUE» do Bloco de Esquerda, ainda há pouco citei várias fontes de referência para o BE nesta matéria, que são, nomeadamente, o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, o extinto Serviço Português para o Tratamento da Toxicodependência, o relatório da ONU, que foi divulgado esta semana, e muitas outras fontes. Portanto, Sr. Deputado João Pinho de Almeida, os 90 % de utilizadores desta substância referidos no projecto de lei, com que o Sr. Deputado ironiza, são os utilizadores regulares de discotecas e outros locais de diversão nocturna, de que são exemplos os ajuntamentos designados por *rave* e as festas *trance*. Não é exactamente a mesma coisa,...

**Vozes do BE**: — Claro!

A **Oradora**: — ... trata-se de uma amostra de utilizadores destes espaços, que é específica e particular, que tem obviamente características biográficas e perfil de consumo, reportando, nomeadamente, este consumo a substâncias particulares. São estes os dados fiáveis e fidedignos em que nos baseámos para fazer essas mesmas declarações.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

A **Oradora**: — Para concluir, o uso da substância que está aqui em debate, bem como a sua produção alterada e de formas indevidas, coloca hoje o *ecstasy*, como foi divulgado pela ONU esta semana — há dois dias atrás —, como devendo ser um dos principais focos de atenção nas políticas para a prevenção e tratamento e redução de riscos da toxicodependência em todos os países. Portugal tem, ainda para mais, um ponto a seu desfavor, que é justamente o da sua localização geográfica, para o qual a Polícia Judiciária chama a atenção — também daí, o crescente aumento do consumo, que começa a ser preocupante.

O Sr. **João Teixeira Lopes** (BE): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Felicitação idêntica, com louvor, à Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias por ter sido tão rigorosa: Ultimamente não tem sido a regra, pelo que é preciso premiar os que respeitam essas minudências do funcionamento do Parlamento.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá.

O Sr. **Jorge Nuno Sá** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Se há uma vantagem do projecto que hoje apreciamos, subscrito pelo Bloco de Esquerda, ela é certamente o claro assumir que não existe um tipo de droga, que não existe toxicodependência mas, sim, toxicodependências, e, portanto, a estratégia para o combate a cada uma dessas substâncias tem de ter um caminho e um rumo definido. Não se pode tratar de forma igual o que é diferente, nunca por nunca pensar que todas as árvores de uma floresta são iguais, daí ser fundamental a consciencialização colectiva de que as drogas existem, são diferentes e como tal devem ser combatidas.

Por isso falamos hoje de *ecstasy*, um dos novos fenómenos que apareceram nos últimos anos em Portugal e os seus consumos começam a aumentar, apesar de valores ainda residuais.

O *ecstasy* é uma droga da moda, apresentada por vezes como sendo uma droga social, que não traz grandes consequências ao seu consumidor. Apesar dos efeitos da sua utilização e consumo, ao contrário de outras drogas, não tem efeitos físicos imediatos — comparemos, por exemplo, com a degradação física aparente que se observa nos consumidores de heroína, que não tem paralelo com aqueles que consomem *ecstasy*. É muito por causa disso mesmo que o MDMA, que é a substância que compõe maioritariamente o *ecstasy*, é considerada pelos seus consumidores como droga recreativa, que serve apenas para

«viver a noite com mais intensidade» e, como ainda hoje de manhã ouvíamos numa rádio nacional pela boca de um consumidor regular, «ficar sensível à música» e assim poder viver de forma mais divertida. Porém, os riscos e a danosidade provocados por esta droga são muito superiores ao que normalmente se pensa.

Começando pelos riscos a curto prazo, de onde se destaca a hipertermia, que resulta de um aquecimento em demasia do corpo e que é normalmente provocada por uma noite inteira de dança, ao que, em condições normais, ninguém consegue resistir, pois convém ter em conta que este esforço corresponde a fazer uma prova de atletismo superior a 20 km, o que, como é bom de ver, não se consegue aguentar sem qualquer tipo de treino. A hipertermia pode matar, como também o consumo de bebidas alcoólicas ou muito açucaradas para combater a hipertermia e a sensação de sede que está provoca, podendo inclusivamente atingir uma intoxicação com água, o que nos pode parecer algo inacreditável, porém alerta para o enorme risco para a saúde do indivíduo que consome estas substâncias.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Quanto a efeitos a longo prazo, devemos, em abono da verdade, admitir que, em larga medida, ainda hoje não são totalmente conhecidos. Mas é certo que provocam danos no sistema neurológico, nomeadamente o efeito nocivo sobre as células ligadas à produção da serotonina, substância química envolvida na comunicação celular que controla o comportamento e o humor a nível cerebral. Está, pois, cientificamente provado o grave dano que existe sobre o córtex cerebral.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** É pois desta droga, aparentemente recreativa mas com trágicas consequências para os seus consumidores, que hoje falamos, considerada por muitos especialistas como a mais perigosa das drogas. Acresce ainda o facto de o tráfico destas drogas sintéticas não se processar da mesma forma que a heroína ou a cocaína, pois o *ecstasy* pode ser fabricado em qualquer cozinha ou laboratório improvisado em qualquer ponto.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Por isso, há que traçar um caminho no combate a esta toxicod dependência, um novo caminho próprio para um novo tipo de consumo, um consumo aparentemente recreativo mas com risco e danosidade muito superior ao que pensa quem as consome. Hoje, é um facto ainda em Portugal a parca resposta de números e estudos concretos nesta matéria — um grau de desconhecimento da realidade que nos deve apresentar cautela na abordagem do projecto de lei que hoje analisamos.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Dar um sinal errado à sociedade é muito perigoso.

**Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Não nos podemos resignar à existência do *ecstasy* e ao seu consumo. Não estamos aqui a falar de uma batalha já travada e perdida como acontece noutros consumos mas, sim, num novo duelo a travar, o qual, com sinceridade, queremos vencer. É por isto que o PSD encara com dificuldade o envio de um sinal à sociedade em geral e aos jovens em particular, que, controlando a qualidade, este consumo pode ser permitido. E é isto o que resultaria da aprovação deste diploma. O PSD não será colaborante neste sentido.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Entendemos imprescindível uma sensibilização e informação especial e um combate individualizado à proliferação do consumo das chamadas drogas sintéticas por parte dos portugueses; preferimos uma prevenção baseada na informação, agressiva e arrojada na forma, mas credível e sustentada na substância.

A este respeito, todas as campanhas e acções de sensibilização deverão ser abraçadas e impulsionadas pelo poder político: estudo e acompanhamento das novas toxicomanias, nomeadamente as drogas sintéticas ainda sem respostas estruturadas ao nível do tratamento, colmatando as lacunas que hoje existem; prevenção dos efeitos nefastos provocados pela adulteração das substâncias utilizadas pelos toxicod dependentes, através da realização de estudos periódicos sobre a qualidade dos produtos apreendidos no mercado ilegal.

Trata-se de um novo conceito de droga, mas cujas consequências são tão ou mais nefastas que as ditas drogas tradicionais. Esta noção existe hoje nas estruturas de combate à toxicod dependência, nomeadamente no IDT, que aqui hoje subscrevemos e reafirmamos.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: É por todos estes motivos que não podemos viabilizar o projecto de lei em discussão. Os próprios autores afirmam, na exposição de motivos, a impreparação para a sua implementação devido à não fiabilidade dos testes existentes. Não devemos embarcar em aventuras nesta matéria.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

**O Orador: —** A sociedade não é um balão de ensaio de experimentalismo mal preparado e sem base científica; dando falsas seguranças, podemos induzir a sociedade e levá-la a assumir riscos desnecessários.

**Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!**

**O Orador: —** Não sendo original, termino com a mensagem que se deve transmitir: vamos agarrar a noite, mas sem perder a vida!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente: —** Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos.

**A Sr.<sup>a</sup> Sónia Fertuzinhos (PS): —** Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: De acordo com o Relatório Anual de



2001 do ainda IPDT, sobre a situação do País em matéria de drogas e toxicodependência, o *ecstasy* é cada vez mais referenciado nas experiências de consumo de drogas, chegando a ser mais significativo do que a heroína e a cocaína. O *ecstasy* é, tal como a heroína, a terceira droga mais referida na população entre os 15 e os 64 anos, e a segunda droga, a par da cocaína, na população escolar do 3.º ciclo. O relatório alerta para o facto de, apesar do *ecstasy* representar apenas 1 % das mortes relacionadas com o consumo de drogas, não deixar de ser um forte problema para as exigências em matéria de prevenção.

A própria exposição de motivos do projecto de lei do Bloco de Esquerda é bastante elucidativa como é assustadora quanto aos perigos do consumo de *ecstasy*, seja ele de boa ou de má qualidade. No entanto, paradoxalmente, a perigosidade do consumo do *ecstasy*, amplamente comprovada em toda a exposição de motivos, não combina com o proposto no articulado do projecto de lei. Desde logo, porque resulta numa mensagem equívoca relativamente ao consumo de *ecstasy*.

O consumo do *ecstasy* é, em qualquer circunstância, uma má droga e adulterada ainda é pior. Para além disso, o seu consumo é ilegal. E, portanto, não deve ser consumido em circunstância alguma.

Ora, quando se lê o projecto de lei do Bloco de Esquerda, fica-se com a ideia, numa primeira fase, de que o *ecstasy* é perigoso mas que deixa de o ser se a sua qualidade for controlada.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — Por outro lado, não se percebe por que é que cabe aos proprietários das discotecas comprar os testes para detecção de MDMA. Sendo que o controlo da qualidade da droga não é um problema exclusivo do *ecstasy*. Cabe perguntar quem é que controla estes testes, quando o consumo de *ecstasy* é ilegal.

Tanto quanto sabemos, na Holanda, o exemplo invocado na exposição de motivos do diploma, a instalação de dispositivos não é obrigatória, e, quando é efectuada, acontece em ocasiões pontuais, sendo da responsabilidade das autoridades e não dos proprietários das discotecas.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Nesta matéria, o PS defende a sua política de respostas integradas e obviamente atentas às novas realidades de consumo. Por isso, o PS, quando assumiu responsabilidades governativas, promoveu, nomeadamente, o projecto de prevenção em espaços nocturnos, que, para além de ter uma avaliação altamente positiva, abrangia todas as capitais de distrito. O projecto funcionava com grupos de jovens formados para distribuírem informação e prestarem esclarecimentos sobre o consumo, sobretudo de drogas sintéticas. Este projecto teve início em 2000 e realizou-se até 2001, três a quatro acções por ano. Em 2002, não se ouviu falar do projecto, o que se sabe é que não se realizaram quaisquer acções. E, sobre isto, é pena o Governo não se encontrar presente para nos prestar os devidos esclarecimentos.

Vozes do PS: — Exactamente!

A Oradora: — Para além do mais, a única unidade móvel, a de Alcântara, experiência-piloto com controlo da qualidade de drogas sintéticas, que fazia conjuntamente prevenção específica e encaminhamento para tratamento encerra hoje por falta de financiamento, como já encerrou, também por falta de financiamento, o Gabinete de Apoio do Casal Ventoso.

Os toxicodependentes, Srs. Deputados da maioria, não precisam da vossa piedade, precisam da vossa intervenção,...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

A Oradora: — ... precisam da nossa intervenção, e sobre isto os Srs. Deputados, hoje, não foram capazes de dizer nada.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Isso já não é verdade!

A Oradora: — Estava também em curso — sublinho, estava —, sob a responsabilidade do IPDT, um estudo sobre as drogas sintéticas.

É absolutamente prioritário que se faça mais e mais actualizada investigação científica sobre a perigosidade das drogas, mas, com este Governo, até isto parou!

Tal como é proposto no projecto de lei, já se utilizavam unidades móveis nas *raves* e noutras actividades, sendo certo que seria necessário alargar progressivamente a capacidade de cobertura dessas mesmas unidades.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O PS considera que falta alguma consistência e abrangência nas medidas que o Bloco de Esquerda propõe para o consumo de *ecstasy*. Mas o que também convém que fique claro é que nesta matéria temos mais exemplos da incapacidade, da desorientação, da inoperância e de uma completa irresponsabilidade do Governo, demonstradas pela total ausência de capacidade ou vontade de execução do Plano de Acção Nacional de Luta contra a Droga e Toxicodependência, tal como consta no Programa do Governo.

Mesmo estando toda uma estratégia delineada e uma boa parte das medidas em curso, este Governo mostra-se incapaz de fazer o que quer que seja.

*Aplausos do PS.*

Aliás, a intervenção do Sr. Deputado Jorge Nuno Sá nada disse sobre o que o próprio PSD pensa e sobre o que o Governo pretende fazer.

*Aplausos do PS.*

Por isso, Srs. Deputados, talvez este seja um bom momento para o Governo reconhecer que tomou opções de fundo erradas. Talvez seja melhor voltar a colocar a tutela da droga e da toxicodependência sob a responsabilidade directa da Presidência do Conselho de Ministros, porque de nada vale depender de um Ministro da Saúde, que, manifesta e infelizmente, não tem tempo para se dedicar a estas questões.

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Não há tempo a perder! A ausência de acção deste Governo no combate à droga e à toxicodependência já custou demais ao país: custou resultados já alcançados e que estão em causa; custou a formação de técnicos que se vão progressivamente embora; custou a redução da qualidade dos serviços dos CAT por falta de pessoal; custou a não admissão de novos utentes para consultas; custou o aumento das listas de espera; e custa todos os dias a garantia da dignidade e da qualidade de vida dos toxicodpendentes e das suas famílias.

O Governo e os partidos da maioria não têm desculpa. E se podem contar com o PS para o combate à droga e toxicodependência, saibam que contam com o PS para exigir, acima de tudo, esse mesmo combate.

*Aplausos do PS.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O crescimento do consumo de *ecstasy* em Portugal é naturalmente uma matéria que nos deve preocupar e que faz com que nos concentremos nesta preocupação que temos de ter no combate contra a toxicodependência, porque esse é o principal combate que nos deve unir a todos.

O consumo de *ecstasy* tem aumentado brutalmente nos últimos anos em Portugal. Tive oportunidade de ler algumas estatísticas numa intervenção feita nesta Casa, e volto a referi-las porque penso que é pertinente fazê-lo neste momento. As estatísticas que vou citar são de fonte clara, são do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência, e dizem-nos que em termos de apreensões de *ecstasy* passámos de 1227 pastilhas, em 1998, para 25 496 pastilhas, em 2000, o que se traduz num aumento de 95 %. Portanto, estes 95 % são reais e são um aumento detectado nas apreensões efectuadas, informações cuja fonte é o IPDT.

As apreensões são, de facto, um bom meio de saber a quantidade de droga que circula e a quantidade de droga que é consumida, embora representem um número muito pequeno em relação a toda essa droga que circula — porque, infelizmente, a percentagem que é apreendida é sempre uma percentagem residual.

Por outro lado, existe um indicador importante para avaliarmos o que é que está a acontecer do ponto de vista do tráfico: o preço da droga. O que está a acontecer é que, enquanto que drogas como, por exemplo, a cocaína aumentaram de preço, o preço do *ecstasy* baixou substancialmente. Isto mostra exactamente que quem faz negócio com droga tem interesse em promover o consumo do *ecstasy*, até pela fama que foi criada — e que já aqui foi referida — de que o *ecstasy* seria uma droga «limpa», o que obviamente facilita a sua introdução no mercado e a criação de uma consciência social de consumo desta droga.

Acontece, porém, que grande parte das medidas apresentadas neste projecto de lei são pouco consistentes e desactualizadas. Com todo o respeito pela resposta que a

Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias deu há pouco à questão que coloquei, parece-nos desactualizado excluirmos todas as outras substâncias à parte do MDMA. Isto porque para «testar quimicamente» é preciso testarmos quimicamente mas a fundo. Não podemos concentrar esses testes numa só substância, embora essa seja a substância fundamental destas pastilhas. Hoje em dia a diversidade é tal que não permite que um projecto de lei apresentado em 2003 se restrinja, única e exclusivamente, a esta substância.

Seguidamente, quero obviamente falar na questão dos 90 % de consumidores... Não podemos fugir a essa questão. Na verdade, apresentar um projecto de lei a esta Assembleia e dizer que 90 % dos jovens que saem à noite consomem *ecstasy* é perder toda a credibilidade no primeiro momento em que se apresenta o projecto, e é perder credibilidade sem qualquer necessidade, porque essa não é sequer a matéria fundamental desta questão.

A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE): — Não foi isso que foi dito!

O Orador: — Mas para quê estes exageros?! Para quê essa falta de fundamentação que descredibiliza o debate que temos de fazer, que descredibiliza a nossa luta e não faz qualquer sentido!

Além disso, há uma total falta de consistência neste projecto de lei. Por exemplo, por que é que são os espaços de diversão nocturna com mais de 200 pessoas? A Sr.<sup>a</sup> Deputada não respondeu a esta questão! Por que é que não são 150, 199, 201 ou 250?! O que é que justifica que sejam os espaços com mais de 200 pessoas?

Depois, pergunto, como é que vão ser instalados estes mecanismos? Qual é a responsabilidade dos donos destes estabelecimentos? São eles que vão ter de suportar essa despesa? Como é que vão suportar este tipo de custos por uma actividade que nada tem a ver com a sua? Como é que vai ser possível a esses estabelecimentos manterem-se e continuarem a ter a sua actividade?

Estes exageros que nos são apresentados pelo Bloco de Esquerda são criticáveis, do nosso ponto de vista, da mesma forma que são criticáveis alguns *slogans* que demonstram radicalismo em sentido oposto e em que não nos revemos.

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Orador: — Dizer que 90 % dos jovens consomem drogas é a mesma coisa que dizer que a droga é «Droga, loucura e morte». São exageros de um lado e de outro que não levam a lado algum!

A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE): — Não foi isso que dissemos!

O Orador: — Precisamos de uma solução intermédia de combate ao tráfico e de diminuição do consumo, porque isso é que é fundamental. É porque, se damos estes sinais à sociedade, a sociedade pode amanhã vir perguntar-nos: «Então, e esta história da redução de riscos? Vocês proíbem o consumo, mas depois dizem que vão controlar a qualidade?!».

Aliás, a sociedade pode mesmo perguntar-nos: «Então por que é que não exigem aos assassinos que usem balas de borracha? E por que é que não dizem às senhoras que têm de usar carteiras a tiracolo autocolantes para quando forem assaltadas por esticão ao menos só lhes roubarem a carteira e não caírem ao chão e não se magoarem... Por que é que não dizem que os assaltantes de carros devem receber formação profissional para, quando forem só fazer um «assaltozinho» ao carro de qualquer um de nós, fazerem as ligações directas como deve ser e assim não nos estragarem o carro irreversivelmente?».

É este tipo de coisas que a sociedade nos pode depois vir a perguntar!...

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Temos de ter a noção do ridículo em que caímos às vezes, bem como temos de ter a noção de que isto pode levar-nos a situações em que as pessoas podem ser levadas a colocar-nos questões deste tipo.

Por outro lado, a pergunta que se impõe também é qual o papel do Estado nisto tudo. O papel do Estado poderia ser paternalista — perspectiva em que não nos revemos —, ou seja, poderia ser aquele papel do pai que diz ao filho: «Estás proibido de sair à noite. Mas se saíres, vê lá se chegas antes das 4 da manhã». Ou do amigo que diz ao outro: «Não te metas na droga. Não consumas droga porque isso é péssimo! Mas se consumires, pelo menos, usa seringas só tuas. Não uses as seringas de outras pessoas!».

A Sr.<sup>a</sup> Sónia Fertuzinhos (PS): — Isso é irresponsável?! Não é nada!

O Orador: — Este tipo de amigo é o «amigo da onça», o amigo que não ajuda ninguém de maneira alguma. É o amigo das «palmadinhas nas costas». Este Estado seria o Estado das «palmadinhas nas costas» e nós não queremos um Estado neste sentido.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

Dizemos e temos esta posição claramente oposta a um certo estilo de uma tentativa vanguardista, um certo estilo *fashion*, que nos apresenta o Bloco de Esquerda, de medidas que entram numa certa classe e que supostamente são populares num certo grupo.

*Protestos do BE.*

Nós aqui não representamos grupos. Temos de ter preocupações reais com toda a sociedade e com o equilíbrio da sociedade, e não podemos andar nessa lógica *fashion* de umas vanguardas, que depois, quando se vai ver, não têm absolutamente ninguém a segui-las e que são vanguardas, única e exclusivamente, mediáticas.

Somos pela democracia! Temos direito a ter a nossa opinião! Reafirmamo-lo aqui com toda a convicção. Não aceitamos que seja questionada a opinião que temos, porque é o sistema democrático e a representatividade das nossas forças políticas que faz com que cada um de nós

tenha direito às suas opiniões nesta Casa. Portanto, não há opiniões mais legítimas do que outras. Não há opiniões que sejam mais verdadeiras do que outras. Isso é próprio de regimes trotskistas, de regimes estalinistas. E nós não nos revemos nesse tipo de regimes em que há uma verdade universal. As nossas verdades são as verdades da convicção de cada um!

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — É o delírio!

O Orador: — Nesta matéria temos uma convicção clara, que é a seguinte: entre reduzir riscos e reduzir consumos, queremos continuar a apostar em reduzir os consumos.

*Aplausos do CDS-PP e do PSD.*

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O combate à droga e à toxicodependência no nosso país e no plano internacional constitui um percurso e um processo feitos de experiências diferenciadas, com diferentes níveis de êxito e com diferenças substanciais quanto à experiência e a conhecimentos adquiridos.

Se, por um lado, existem realidades relativamente às quais há conhecimento e experiências consolidadas, por outro lado, há também fenómenos mais recentes com toda uma série de tendências e consequências a longo prazo, que estão ainda longe de ser analisadas aprofundadamente. O fenómeno do consumo do *ecstasy* está certamente, ainda, neste plano das incertezas — demasiadas incertezas —, para que possamos considerar opções de enquadramento sistemático ou correndo o risco de uma mecanização das respostas ao problema.

É que embora o *ecstasy*, enquanto substância, tenha sido patenteado há praticamente 90 anos, já o consumo do *ecstasy* enquanto fenómeno corresponde a uma experiência de há pouco mais de uma década. E se é possível hoje descortinar tendências genéricas quanto aos consumos, desde já um aspecto se torna relevante: o uso do *ecstasy* corresponde a um determinado tipo de subcultura, com determinadas vivências sociais, mas com um grau de variação e «migrações» que exigem flexibilidade nas respostas e capacidade de adaptação a essa mudança constante.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Uma coisa já vai sendo certa: a quantidade de *ecstasy* apreendida pelas forças policiais em Portugal aumentou de 126 000 unidades, em 2001, para 222 000 unidades, em 2002. É o tal acréscimo de 76 %. São dados recentemente divulgados pela Polícia Judiciária, sendo que o preâmbulo do projecto de lei apresentado pelo Bloco de Esquerda fala no «segredo bem guardado» que seriam os resultados das apreensões. Entretanto, estes dados foram divulgados posteriormente à apresentação do projecto de lei, dando conta da preocupante evolução que este fenómeno tem vindo a registar.

O *ecstasy*, como qualquer outro estupefaciente ilegal, é sujeito na sua manipulação a falsificações que visam o lucro máximo e chega ao mercado clandestino com as mais diversas adulterações e com todos os perigos a elas inerentes. Constituindo a falsificação um risco adicional ao consumo, mais pelas características tóxicas das eventuais substâncias aditivas do que propriamente pela quebra em princípio activo, a verdade é que o próprio princípio activo não deixa de ser uma ameaça real à saúde do consumidor.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas este facto é verdadeiro e aplica-se tanto ao *ecstasy* como a praticamente todas as drogas lançadas no mercado ilícito, sintéticas ou não. Portanto, é indispensável aprofundar o conhecimento disponível e actualizado sobre as adulterações que são efectuadas e sobre as substâncias utilizadas nessas adulterações, mais na perspectiva da análise de fenómenos e tendências e não tanto numa perspectiva do tipo «controlo de qualidade», dose a dose, unidade a unidade.

A investigação a este nível é feita em Portugal, designadamente pelo Laboratório de Polícia Científica, pelo Instituto de Medicina Legal e pelo Laboratório Científico da Marinha. Falta é o próximo passo: a divulgação efectiva aos jovens, isto é, aos potenciais consumidores, do que tem acontecido nesta matéria. Essa informação não existe!

Entretanto, a consideração desta informação relativa ao *testing* efectuado a uma amostra só poderá dar garantias quanto a essa mesma amostra. O resultado da análise a um comprimido de *ecstasy* nada poderá dizer quanto a outro comprimido. Além disso não estamos perante lotes de produção normalizada saídos de linhas de montagem industrial mas, sim, perante uma heterogeneidade e uma diversificação do produto existente que confere um ainda maior grau de incerteza e de risco. É uma consideração genérica do sistema de testes.

Por outro lado, há o perigo de uma ilusão de segurança para o consumidor quando ele é confrontado com uma informação apenas aparentemente tranquilizadora quanto ao grau de pureza ou de adulteração de uma pastilha de *ecstasy*, porque é perigoso o consumo de *ecstasy* adulterado, mas não deixa de ser perigoso o consumo do próprio *ecstasy*. Além disso, se controlar o consumo de *ecstasy* implica mais do que controlar o *ecstasy* consumido, não podemos perder de vista que o objectivo principal é combater o fenómeno da droga, o tráfico e o consumo da droga, e a toxicodependência associada às suas diversas vertentes.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O projecto de lei que estamos a discutir propõe um permanente *testing* ao *ecstasy* em todas as discotecas do país com mais de 200 lugares.

De facto, a configuração deste projecto de lei seria diferente na prática face à experiência dos postos de atendimento móvel do plano integrado de combate à toxicodependência da cidade de Lisboa. O objectivo é fundamentalmente o contacto entre o consumidor e os técnicos no

sentido de potenciar a capacidade de dissuasão do consumo e também, por esta via, a minimização de danos, sendo esta uma intervenção de segunda linha, porque o fundamental é potenciar o contacto. Entendemos, no entanto, que esta intervenção poderá ser mais difícil num ambiente com as características como sabemos que têm as discotecas e as *raves* do que aquela que tem sido desenvolvida por estes postos de atendimento móvel que intervêm no terreno.

Aliás, intervêm, não! Intervinham... Dedicavam-se a essa intervenção. Mas esta importante experiência, que estava a ser desenvolvida em Lisboa, já não acontece, porque foi exactamente a primeira valência a ser desactivada neste plano integrado, em resultado de uma actuação irresponsável do Governo, que, afirmando pretender a estabilidade das políticas de combate à droga, na prática, destrói os mecanismos e os serviços que existem e que intervêm.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — É imprescindível inverter este rumo de boicote do Governo a uma estratégia que taticamente vai mantendo, e torpedeando na prática — por exemplo, com uma estrutura como o IDT, a qual, herdando um conjunto de encargos de mais de 10 milhões de contos por ano, acaba por funcionar sem autonomia financeira, com tudo o que isto implica do ponto de vista do financiamento das estruturas.

É fundamental conhecer o que existe em termos de consumos, mas com os métodos e as aplicações que os técnicos entenderem, com a participação das comunidades locais, com os meios técnicos e humanos que possam responder às necessidades, com flexibilidade e com capacidade de resposta adaptada às situações concretas.

É preciso divulgar efectivamente informações actuais sobre os fenómenos e intervir concretamente no terreno, mas para isso é importante centrarmo-nos no essencial, que é criar as condições para a intervenção concreta e acabar com este criminoso estrangulamento financeiro a que o Governo está a condenar estas estruturas e estes serviços.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: O projecto de lei que apresentámos e defendemos aqui, hoje, define que, efectivamente, o consumo de *ecstasy* é perigoso, mas ainda o é mais se o seu grau de impureza for elevado, e sobre isso não pode haver qualquer confusão.

A intervenção do Sr. Deputado João Pinho de Almeida foi algo confusa e retomou algumas das questões que tentei explicar, mas vou tentar fazê-lo novamente para que, desta vez, essas questões fiquem absolutamente esclarecidas.

Quanto aos 90 % de utilizadores de discotecas que o Sr. Deputado João Pinho de Almeida, na sua intervenção, insistiu em usar, já depois do meu esclarecimento,

de uma forma demagógica, querendo fazer passar a mensagem de que o Bloco de Esquerda afirma que 90 % dos jovens são consumidores de substâncias, devo dizer que não é nada disso. O que nós dissemos — aliás, tive a oportunidade, que me foi dada pelo Sr. Deputado, de o esclarecer — foi que esse valor se reportava a uma amostra específica de um perfil específico de utilizadores de espaços de diversão nocturna, que não inclui apenas discotecas, mas também outros espaços lúdicos, como as chamadas festas *trance* e *rave*.

O Sr. Deputado, há bocado, anuiu com a cabeça, exactamente da mesma forma como agora o está a fazer, para, cinco minutos depois, subir à tribuna e usar esta informação de uma forma demagógica e claramente distorcida. Portanto, gostaríamos que ficasse esclarecido.

No que diz respeito à questão particular que me coloca do número de 200 pessoas, reporta-se às normas de segurança de utilização do espaço, nomeadamente destas discotecas, e que se torna ainda mais pertinente quando há consumo deste tipo de substâncias.

Aliás, aproveito para esclarecer que este projecto de lei não se resume e não se cinge à questão das medidas de controlo para a qualidade do *ecstasy*, mas centra-se também na questão da prevenção por técnicos que estejam — e isto é dito claramente no projecto de lei — sob a tutela do IDT.

O Estado aqui, obviamente, não pode ser demissionário e é lamentável que, mais uma vez, se confundam as políticas de redução de riscos e minimização de danos com o incentivo ao consumo. Faz-nos lembrar os velhos discursos em que, há 10 anos atrás, quando era ainda tempo, se bem que em algumas situações já fosse tarde, para prevenir novas situações de infecção por HIV, se dizia que trocar seringas — e, se calhar, isso é compreensível ainda hoje, tendo em conta nomeadamente o debate prévio feito pela direita — era estimular o consumo.

Garantir a minimização de riscos e de danos durante o consumo de substâncias psico-activas não é, certamente, estimular o consumo,...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — ... antes pelo contrário, é garantir a saúde desse mesmo consumidor, e garantir a saúde é, certamente, um dever do Estado democrático e de direito.

*Aplausos do BE.*

O Sr. Presidente: — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Admitindo a boa intenção que presidiu à elaboração deste projecto de lei e as boas intenções que estiveram na sua génese, gostava de ler um enxerto da exposição de motivos, que diz o seguinte: «Salienta-se igualmente que os serviços de saúde devem acompanhar em detalhe a investigação científica acerca dos métodos de despistagem e da fiabilidade dos testes, dado que os que estão disponíveis ainda são imprecisos e devem ser substancialmente melhorados». É isto que está em causa e foi

isto que tentei explicar na minha intervenção. É que estamos aqui a cometer uma precipitação, pois os testes de que falamos são testes de contraste, que, para quem não percebe, são aqueles testes que mudam de cruzinha, como os de análise do pH (ácido/alcalino/neutro).

E quando se fala de testes de contraste fala-se de substâncias conhecidas, ou seja, não vamos descobrir novas substâncias. Estamos a falar do MDMA, do seu teor de concentração, e podemos falar, por exemplo, do MDEA, que é apenas mais curto no seu efeito, ou do MDA, que é o cabeça de série, ou seja, a droga progenitora de todas as outras, que pode estar em outras quantidades e em outros teores de concentração.

Mas, por exemplo, pergunto: como é que se vai fazer o teste de contraste ao GHB, que é conhecido por *ecstasy* líquido ou, ultimamente, por droga das violações, que não pode ser feito por estes métodos? É isto que está em causa! O que está em causa não é a bondade do pressuposto com que é feito este projecto de lei mas, sim, a sua precipitação e a falta de fiabilidade e de argumentação científica para poder ser feito neste momento.

*Aplausos do Deputado do PSD Miguel Coleta.*

Ninguém compra uma pastilha de *ecstasy* pelo seu teor de MDMA, compram porque faz dançar mais, porque dá mais energia ou porque dá mais euforia. Portanto, estamos aqui a entrar numa falsa questão. O Estado não pode dar uma garantia de qualidade sem saber sequer as substâncias que lá estão, porque só as utiliza como testes de contraste, só consegue fazer isso com as análises dos laboratórios policiais, o que, hoje em dia, não é praticável fazer, como nos é proposto pelo Bloco de Esquerda. É isto que está em causa!

Há bocado, no debate anterior, falava-se de técnica e de base científica, ora eu apelo para que neste debate se faça exactamente a mesma coisa, isto é, que se fale de técnica e de base científica. É isto que está em causa!

Não se pode falar assim! Porque não vamos fazer despistagem de novas substâncias, podemos fazer, quando muito, despistagem das substâncias que sabemos que existem e que podem lá estar.

Portanto, o Estado não consegue garantir a qualidade para poder dizer: podem tomar isto, que é seguro. Ainda para mais com todas as consequências nefastas que o *ecstasy* tem. É isto que está em causa.

**Vozes do PSD: — Muito bem!**

O Orador: — Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos, apesar de eu ter concordado na íntegra com a primeira parte da sua intervenção, devo dizer-lhe que, a partir de meio, aproveitou para dispersar completamente o debate e fazer um ataque à política do Governo.

Devo dizer-lhe, com sinceridade, o seguinte: o Programa do Governo é hoje subscrito na íntegra pela maioria. Continuamos a subscrevê-lo todos os dias e temos a certeza de que será cumprido. E por muito que tentem alegar a problemática da continuidade das políticas de prevenção... O Sr. Deputado Vitalino Canas, no debate do diploma, perguntou se estávamos lembrados do Programa do

Governo, ora eu respondo-lhe que não só estamos lembrados como vamos cumpri-lo! Estamos cá para o fazer e para o assegurar!

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O **Orador:** — É isto que a maioria vai fazer. Não foi isto que o Partido Socialista fez, infelizmente, mas é isto que nós vamos fazer! É por isso que cá estamos, como provedores dos eleitores, para garantir a execução do Programa deste Governo agora empossado.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O **Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias.

A **Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Nuno Sá, a minha pergunta é se o Sr. Deputado conhece, efectivamente, as novas capacidades de despistagem relativamente ao MDMA, especificamente as que foram aplicadas, pelo menos até ao dia de hoje, na unidade móvel que já existe e que opera em Lisboa, e as potencialidades destes testes, nomeadamente em relação aos percursos muitas vezes constituintes das pastilhas de *ecstasy*.

O **Sr. Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos.

A **Sr.<sup>a</sup> Sónia Fertuzinhos (PS):** — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Nuno Sá, acho que o que há aqui e o que sai deste debate é uma grande confusão por parte dos partidos que apoiam o Governo e, portanto, da maioria.

O Sr. Deputado fala em falta de estudos fiáveis. Pois, é verdade! Tem razão! Agora, gostava que me esclarecesse, porque o Governo não apareceu no debate, como é que está a situação do estudo que estava em curso no IPDT sobre esta questão específica das drogas sintéticas.

O Sr. Deputado também falou sobre o Programa do Governo e o seu cumprimento, tal como a Sr.<sup>a</sup> Deputada Isilda Pegado. Entendam-se! A Sr.<sup>a</sup> Deputada Isilda Pegado veio aqui falar de uma nova abordagem. Portanto, quem lança a dúvida são os senhores e não nós, e os senhores é que têm de se explicar!

Por outro lado, também fala como se tudo estivesse fantástico, como se tudo estivesse muito bem...

O **Sr. Jorge Nuno Sá (PSD):** — Eu não disse isso!

A **Oradora:** — ... e como se o PSD e o PP fossem agora resolver tudo aquilo que estava por resolver! Pergunto-lhe: há ou não perda de qualidade nos serviços prestados em muitos dos casos? Há ou não congelamento de admissão de novos utentes para consultas? Há ou não fuga de profissionais destas áreas, porque não são estimulados, porque têm contratos, que, agora, nem sequer são a prazo, agora são renovados mês a mês, no dia 13 de cada mês os técnicos de saúde dos CAT, nomeadamente, sabem, mês a mês, no dia 13, se vão ou não

continuar? Quem é que se sente minimamente mobilizado e estimulado a trabalhar nestas condições?

Portanto, Sr. Deputado, do que estamos aqui a falar é de uma total ausência de acção e de orientação deste Governo relativamente aos serviços do novo IDT, e o que podemos presumir é que, de facto, o Ministro da Saúde continua sem tempo e os partidos que apoiam o Governo, os partidos da maioria, continuam a não querer ver e a não conhecer a realidade, e só por isso é que se permitem fazer afirmações como aquelas que ouvimos hoje durante a manhã.

**Vozes do PSD:** — Ah!...

A **Oradora:** — Exactamente, Srs. Deputados! É isso mesmo!

O **Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Muito bem!

A **Oradora:** — E se os Srs. Deputados acham que não é, vão ao terreno! É que nós vamos lá e falamos com as pessoas.

**Vozes do PSD:** — Não parece!

A **Oradora:** — Se os senhores também fossem ao terreno e falassem com as pessoas, ficavam tão preocupados como nós estamos!! Srs. Deputados, são as pessoas e as famílias que estão em causa e não vale a pena discursos dialécticos e de juízos de valor como o da Sr.<sup>a</sup> Deputada Isilda Pegado.

*Aplausos do PS.*

O **Sr. Presidente:** — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nuno Sá.

O **Sr. Jorge Nuno Sá (PS):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup> Deputada Sónia Fertuzinhos, estava tudo em curso, mas vocês chumbaram!

**Vozes do PSD:** — Exacto!

O **Orador:** — Tenham a noção disso!

É preciso relembrar-vos todos os dias: estava tudo em curso, estava tudo em andamento, mas vocês fugiram!

*Protestos do PS.*

Mas tenho de lho repetir! Vocês sabem qual o mapa e a bússola que nos deixaram para nos orientarmos! Por isso, pergunto: que condições nos deixou o Partido Socialista para se permitir, neste momento, pôr em causa todas as orientações governativas?

*Protestos do PS.*

Ouçá um bocadinho! É isto que lhe digo! As condições deixadas são importantes para o trabalho que é executado!



Devo dizer o seguinte: quanto ao estudo que estava em curso no INDT, antes do Verão terá resultados para sua satisfação. Posso dizer-lhe — é uma informação que tenho do IDT —, porque, pelos vistos, preparei melhor o debate, uma vez que tentei informar-me dos dados existentes, que o IDT assegura que, antes do Verão, terá dados sobre esta matéria.

Portanto, Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando me fala das fugas, pergunto-lhe simplesmente isto — pergunto-lhe, não, porque não me vai poder responder, infelizmente: por que é que fugiram e deixaram tudo «em curso»?...

#### *Protestos do PS.*

Infelizmente chumbaram nas urnas e as condições em que deixaram o País são as que temos e são as que toda a gente conhece.

**Vozes do PSD e do CDS-PP:** — Muito bem!

**O Orador:** — Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, não lhe vou recomendar biografias nem leituras, porque reconheço-lhe o mérito de estudar e de preparar as questões, mas vou dizer-lhe o seguinte: conheço os testes e são testes de contraste, não são os mesmos testes que são feitos nos laboratórios policiais da Polícia Judiciária, porque aí, sim, há, de facto, uma análise quantitativa e qualitativa de todas as substâncias presentes no *ecstasy*. Os testes de contraste são apenas análises quantitativas por contraste. Sr.<sup>a</sup> Deputada, é isto que está em causa!

Esta medida que o BE apresenta pode ter todo o sentido, mas vem antes de tempo, é precipitada, porque não há base científica para a sua implementação, não há estudos que justifiquem a sua implementação. É isso que está em causa!

Admito a bondade do vosso diploma — já vo-lo disse há bocado —, mas vocês não podem pôr o Estado a dar garantia de qualidade de um produto que nem sequer sabe o que está lá dentro, quanto muito faz a despistagem daquelas substâncias que são conhecidas,...

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Não é verdade!

**O Orador:** — ... podendo dar substâncias mais perigosas e que causem maior dano à população, à sociedade. É um sinal que nos recusamos a dar, neste momento, por responsabilidade e por sentido de Estado.

#### *Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

**O Sr. Presidente:** — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Pinho de Almeida.

**O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP):** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Trata-se de uma intervenção curtíssima, para dizer que, quando falamos de demagogia neste tipo de debates, penso que devemos ter alguma cautela.

Penso que este debate teve um nível global elevado e, portanto, independentemente de termos posições diferentes uns dos outros não foi um debate crispado, e isso é positivo, naturalmente.

Eu tenho todo o direito, Sr.<sup>a</sup> Deputada Joana Amaral Dias, depois de me ter dado o esclarecimento, a continuar a não estar esclarecido e a não aceitar o esclarecimento que me deu. E, portanto, quando se fala de 90 %...

**A Sr.<sup>a</sup> Joana Amaral Dias (BE):** — Ou não entendeu!

**O Orador:** — Não! Não é uma questão de entender, porque é uma questão numérica! A questão é mesmo de concordar ou discordar!

A Sr.<sup>a</sup> Deputada continua a querer convencer-me dos 90 %... Mas pode incluir as *rave parties*, as festas *trance* e tudo isso que nunca consegue provar, porque não deu a fonte, e a fonte é que era a informação fundamental. Não é dizer: porque há as *rave parties* e as *trance parties*, assim chega-se aos 90 %. Não! Onde é que está a fonte, o estudo concreto que cientificamente prove que 90 % dos jovens que frequentam esse tipo de divertimentos — e pode pôr essas festas todas à vontade — consomem esse tipo de substâncias? É que acho que não está em lado algum, e invocar esse número é que é uma grande demagogia.

O Bloco de Esquerda gosta de nos fazer convencer de que todas as realidades são um pouco maiores do que elas o são verdadeiramente — é o que faz, por exemplo, com o próprio grupo parlamentar que tem três Deputados, e os senhores julgam que por trocarem por várias vezes os Deputados...

**O Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Oh!...

#### *Protestos do Deputado do PS Vicente Jorge Silva.*

**O Orador:** — ... conseguem convencer a opinião pública de que são muitos mais do que aquilo que o são. Mas uma lição de humildade, às vezes, fazia-vos bem, para verem, de facto, o que é que cada um representa, e para perceberem também quem é que tem razão e quem a não tem!

**O Sr. Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

**O Sr. João Teixeira Lopes (BE):** — Sr. Presidente, Srs. Deputados, apesar desta lamentável intervenção do Sr. Deputado João Pinho de Almeida, devo dizer que, de facto, o debate correu bem, tendo ficado bem patentes, nesta Assembleia, várias opiniões e posições. Ora, isto é estimulante, é dignificante e só pode ser um motivo de elogio ao funcionamento destes debates.

Mas há também algo que, certamente, ficou bem patente: nós temos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a direita mais conservadora da Europa nesta Assembleia.

#### *Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Capitão.*

Também ficou bem patente algo de substancial, uma espécie de «quixotismo invertido» por parte dessa direita: é que D. Quixote não encarava a realidade para poder sonhar outros mundos, de certo mais belos, mas os senhores, entre a vida e a morte, escolhem o preconceito ideológico!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Falta-vos a Dulcineia!

O Orador: — Os senhores sabem por que é que têm uma espécie de «quixotismo invertido»? Porque não encaram a realidade, não é para sonharem «outros mundos», mas porque, infelizmente, pelo facto de não encararem a realidade, ela apodrece!

Vozes do CDS-PP: — Essa foi profunda!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não havendo mais inscrições, declaro encerrado o debate, na generalidade, do projecto de lei n.º 117/IX — Medidas para o controlo do consumo de *ecstasy* (BE).

A próxima reunião plenária realiza-se na quarta-feira, dia 5 de Março, com início às 15 horas, tendo de um período de antes da ordem do dia e constando o período da ordem do dia da discussão, na generalidade, da proposta de lei n.º 45/IX — Altera a Lei da Programação Militar.

Uma vez que a próxima terça-feira coincide com o feriado do Carnaval, não teremos reuniões de comissão nesse dia. Porém, estão já variadas comissões convocadas para a próxima quarta-feira. Desejo, portanto, a todos um bom fim-de-semana!

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

*Eram 12 horas e 50 minutos.*

*Srs. Deputados que entraram durante a sessão:*

#### Partido Social Democrata (PSD):

Arménio dos Santos  
Fernando Manuel Lopes Penha Pereira  
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva  
Henrique José Monteiro Chaves  
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira  
Miguel Fernando Alves Ramos Coleta  
Pedro Filipe dos Santos Alves  
Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro

#### Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros  
Alberto Arons Braga de Carvalho  
António Fernandes da Silva Braga  
Fausto de Sousa Correia  
Jamila Bárbara Madeira e Madeira  
Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho  
José Apolinário Nunes Portada  
José Manuel de Medeiros Ferreira  
José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa  
Laurentino José Monteiro Castro Dias

#### Partido Popular (CDS-PP):

João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo  
João Maria Abrunhosa Sousa  
José Miguel Nunes Anacoreta Correia

*Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:*

#### Partido Social Democrata (PSD):

António da Silva Pinto de Nazaré Pereira  
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto  
Maria Eduarda de Almeida Azevedo

#### Partido Socialista (PS):

Alberto Bernardes Costa  
Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins

*Srs. Deputados que faltaram à sessão:*

#### Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho  
Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa  
Jorge José Varanda Pereira  
José Manuel de Lemos Pavão

#### Partido Socialista (PS):

António Bento da Silva Galamba  
António de Almeida Santos  
Carlos Manuel Luís  
Fernando Manuel dos Santos Gomes  
Francisco José Pereira de Assis Miranda  
João Rui Gaspar de Almeida  
José Alberto Sequeiros de Castro Pontes  
José da Conceição Saraiva  
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida  
Luís Manuel Carvalho Carito  
Luiz Manuel Fagundes Duarte  
Manuel Alegre de Melo Duarte  
Maria Amélia do Carmo Mota Santos  
Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta  
Nelson da Cunha Correia

#### Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco

#### Partido Comunista Português (PCP):

Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas  
Jerónimo Carvalho de Sousa

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.





# DIÁRIO

da Assembleia da República

Depósito legal n.º 8818/85



## IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

---

**PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLuíDO 5%)**

**€ 1,80**

---

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.